



Estado de Santa Catarina

Mensagem do Governador de Santa Catarina à Assembleia Legislativa

Carlos Moisés/Daniela Reinehr
2019 - 2022

Santa Catarina, fevereiro de 2019

SUMÁRIO

1. OS NOVOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA	4
2. OS CONCEITOS QUE PAUTAM O NOVO MODELO DE GESTÃO DO ESTADO	8
2.1 Transparência & Integridade	9
2.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção	9
2.1.2 Programa de Integridade Catarinense (Compliance)	10
2.1.3 Secretaria Executiva de Integridade e Governança	10
2.1.4 Controladoria Geral do Estado (CGE).....	10
2.2 Governança & Eficiência	12
2.2.1 Indicadores de desempenho para cada secretaria (gestão por resultados)	12
2.2.2 Integração e cooperação entre os órgãos de governo.....	13
2.2.3 Governo Digital	13
2.2.4 Melhorias dos Processos	14
2.2.5 Redução das Despesas e Aumento das Receitas.....	15
2.3 Investimentos & Melhores Serviços ao Cidadão	22
2.3.1 Investimentos em Infraestrutura.....	22
2.3.2 Saúde em Tempo Real.....	24
2.3.3 Educação inovadora.....	26
2.3.4 Gestão colegiada da Segurança Pública.....	26
3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS	27
3.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável	27
3.1.1 Turismo.....	32
3.1.2 Agricultura & Pesca	34
3.1.3 Infraestrutura	38
3.1.4 SC Gás	40
3.1.5 Casan	41
3.1.6 Celesc.....	46

3.2 DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL	50
3.2.1 Saúde	50
3.2.2 Educação	54
3.2.3 Segurança Pública	60
3.2.4 Cultura	64
3.2.5 Esporte	66
3.2.6 Defesa Civil	67
3.3 GESTÃO	74
3.3.1 Gestão Fazendária	74
3.3.2 Gestão da Comunicação de Governo	78
4 SANTA CATARINA 2030	79

1. OS NOVOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA

O ano de 2018 ficou marcado como o ano da mudança. Um desejo antigo da população transformado em ação por meio do voto. O que se observou nas urnas Brasil afora foi uma renovação significativa nos membros eleitos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Porém, a mudança por si só não rende os efeitos esperados pela população. A mudança precisa ter rumo definido e objetivos bem traçados para produzir os resultados dos quais todos anseiam desfrutar.

No âmbito do Estado de Santa Catarina, a mensagem foi clara: a mudança deve significar mais qualidade e eficiência na gestão pública e melhores serviços prestados à população. Mas não só isso. O P da Política deve voltar a ser maiúsculo, resgatando seus nobres valores.

E se é isso que espera a população, é por isso que o novo Governo de Santa Catarina já está trabalhando. Ao mapear e diagnosticar a situação do Estado, foi possível traçar metas de curto, médio e longo prazos, muitas das quais serão apresentadas neste documento. Foi possível identificar as

urgências e os entraves que impedem o avanço mais célere do Estado em diferentes áreas.

Todo o trabalho de planejamento foi pautado nos conceitos que norteiam o novo Governo e, por consequência, devem nortear todas as suas esferas e ações:

- ▶ **Transparência,**
- ▶ **Integridade**
- ▶ **Eficiência**
- ▶ **Qualidade**
- ▶ **Agilidade**
- ▶ **Simplicidade**
- ▶ **Inovação.**

Embora o estado tenha sido um dos primeiros a cumprir os requisitos de transparência definidos em Lei, o caminho para sua total adoção ainda é longo.

Por consequência, se falta transparência em alguns aspectos, a integridade também é prejudicada. E isso é inadmissível em uma gestão que busca ser eficiente. A eficiência, por sinal, é o único caminho possível a ser trilhado quando se busca oferecer serviços públicos com mais qualidade e com a agilidade necessária.

Quando se integram todos esses conceitos num modelo de gestão, como o apresentado aos senhores e senhoras parlamentares nesta mensagem, torna-se mais simples a própria ação de administrar e, com isso, finalmente, abre-se caminho para a inovação, essa que é uma das marcas catarinenses mais reconhecidas, porém, quando se trata de gestão pública, ainda há muito por avançar para que o

Governo do Estado também seja inovador.

Com a adoção, já a partir de dois de janeiro, desses conceitos no novo Governo, os entraves começam a ser derrubados – mas sabe-se, a jornada está só no início. Os rumos pelos quais seguir, embora conhecidos, ainda guardam muitos desafios para os próximos anos.

Tudo começa pela reforma administrativa, já adotada na prática com o enxugamento do número de secretarias de estado e que em breve será encaminhada a esta Casa Legislativa para análise e aprovação. Nesse sentido, a nova estrutura de Governo passará a contar com 10 Secretarias:

- 01 Administração*
- 02 Administração Prisional e Socioeducativa*
- 03 Agricultura e Pesca*
- 04 Desenvolvimento Econômico Sustentável*
- 05 Desenvolvimento Social*
- 06 Educação*
- 07 Fazenda*
- 08 Infraestrutura e Mobilidade*
- 09 Saúde*
- 10 Segurança Pública*

Nessa nova estrutura, foi priorizada a integração de ações e linhas de atuação. Há novos modelos de trabalho, como o sistema colegiado adotado para a gestão da segurança pública e a futura estrutura da Controladoria Geral do Estado.

Ainda em relação às primeiras ações efetivas, cabe destacar os investimentos que serão realizados em infraestrutura. E por

que infraestrutura? Porque isto permite destravar os caminhos que hoje impedem um desenvolvimento mais consistente da economia catarinense. Com a economia fortalecida, o Estado pode contar com incremento na arrecadação sem a necessidade de aumentar tributos.

E é assim, com mais recursos próprios em caixa, que se viabilizam os investimentos necessários em áreas como saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento social. Em outras palavras, cria-se um ciclo positivo de fortalecimento integrado de todas as áreas de atuação do Governo do Estado, projetando um crescimento futuro ainda mais significativo.

Enfim, estamos no início de um novo Governo. Estamos cientes de que o caminho à nossa frente é longo e guarda muitos desafios. Mas estamos convictos de que é possível ajustar o rumo e realizar uma gestão realmente comprometida com os valores que a população de Santa Catarina espera. Com **transparência, integridade, eficiência, qualidade, agilidade, simplicidade e inovação**, vamos definir os novos rumos do desenvolvimento em Santa Catarina.

Carlos Moisés da Silva

Governador de Santa Catarina.

2. OS CONCEITOS QUE PAUTAM O NOVO MODELO DE GESTÃO DO ESTADO

O primeiro passo na construção de um novo modelo de gestão para Santa Catarina teve início ainda em 2018. Isto porque, durante os meses de transição de governo, novembro e dezembro, foi produzido um cuidadoso diagnóstico, que revelou dados sem os quais não seria possível definir os rumos das ações de governo para os próximos anos.

A partir do documento produzido pela equipe de transição, chegou-se em um modelo que, a partir de agora, passa a pautar a elaboração de ações e programas, bem como políticas públicas setoriais. Esse modelo está embasado em três dimensões, que sustentam as ações do novo Governo, a saber:

***Transparência & Integridade;
Governança & Eficiência;
Investimentos & Melhores serviços ao cidadão.***

Embora sejam apresentadas isoladamente, é importante destacar que se tratam de dimensões interdependentes umas das outras, cujas ações devem ser pensadas de forma global e integrada para produzir os resultados esperados. Assim, a melhoria da gestão decorrente da implementação de iniciativas associadas às duas primeiras dimensões – Transparência & Integridade e Governança & Eficiência – vai viabilizar aquilo que mais interessa ao cidadão catarinense, que é ampliar a capacidade de o Estado investir e melhorar os seus serviços.

2.1 TRANSPARÊNCIA & INTEGRIDADE

Um dos reflexos mais reveladores do amadurecimento da democracia brasileira é a exigência da sociedade por governos mais eficientes e transparentes, em todas as suas esferas, federal, estadual e municipal. O Estado de Santa Catarina já demonstrou vanguardismo ao ser um dos primeiros a cumprir efetivamente os requisitos da Lei da Transparência (Lei n. 12.527/2011). Porém, é preciso avançar. Sendo assim, sob a dimensão da Transparência e Integridade, uma série de ações – algumas inéditas – começam a ser implantadas já nesse início de governo:

- Prevenção e Combate à Corrupção;*
- Programa de Integridade Catarinense (Compliance);*
- Secretaria Executiva de Integridade e Governança;*
- Controladoria Geral do Estado.*

2.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

Em pleno final da segunda década do século XXI, a Prevenção e o Combate à Corrupção, a transparência e o acesso às informações, a implementação de programas de ética e integridade pública e a participação social na abertura para um governo eletrônico desburocratizado devem fazer parte de uma agenda governamental séria no trato com a coisa pública.

Nesse sentido, o novo governo começa adotando ações voltadas à integridade e ao controle, que buscam coibir a corrupção em todos os níveis da administração estadual.

2.1.2 Programa de Integridade Catarinense

*A implementação do **Programa de Integridade Catarinense** (Compliance) terá por objetivo criar mecanismos capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades ou práticas que não estejam de acordo com as leis, além de buscar potencializar impactos positivos para o alcance dos objetivos estratégicos.*

Ademais, o desenvolvimento de boas práticas de governança tende a gerar reflexos na melhoria da relação entre iniciativa privada e Estado, já que a mitigação de riscos de prática de corrupção, como exemplo, pode ser percebida, aplicada e fiscalizada por todos. O fortalecimento dos pilares da transparência e controle interno serão essenciais para o alcance desses objetivos.

2.1.3 Secretaria Executiva de Integridade e Governança

*A criação da **Secretaria Executiva de Integridade e Governança** está alinhada com a iniciativa de um governo que prima pela meritocracia e é mais responsável com o interesse público. Os pilares a serem estabelecidos nas políticas respectivas terão por finalidade engajar os servidores em um processo de melhoria contínua, priorizando a eficiência. Para reconhecimento e aperfeiçoamento do servidor público, serão adotadas práticas para alavancar habilidades, fortalecer a mentalidade global e aprimorar a capacidade de alcançar melhores resultados com menos recursos e tempo.*

2.1.4 Controladoria Geral do Estado (CGE)

*A criação da **Controladoria Geral do Estado (CGE)**, a partir da aprovação da reforma administrativa, pretende garantir o fortalecimento das instâncias de integridade e a adoção*

de ferramentas de gerenciamento de riscos no âmbito da administração pública, com vistas a prevenir e responder os eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos institucionais e para resolver questões que envolvam possíveis violações técnicas, administrativas e éticas, no trato de questões relacionadas à administração pública, com atuação imparcial e isenta, livre de situações reais ou aparentes de conflito de interesses em prol do interesse público.

Busca-se também, com a criação da CGE, atender às demandas dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas e Ministério Público Estadual) e dos organismos internacionais, pelo fortalecimento e ampliação de controle e auditoria. A CGE será responsável por atividades relacionadas à defesa do patrimônio público.

Como Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a CGE deve prover ainda o incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, ouvidoria, correição, prevenção e combate à corrupção.

É por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria Executiva de Integridade e Governança e que o novo Governo se compromete a entregar para a sociedade uma Administração Pública íntegra, participativa, transparente, eficiente e eficaz, devendo ser reconhecidos pelo cidadão catarinense como órgãos da administração pública indutores da moralidade administrativa. Cabe, no entanto, um destaque: para o alcance de tais objetivos, é necessário o apoio e comprometimento de cada colaborador dentro de sua área de atuação, bem como da sociedade catarinense.

2.2 GOVERNANÇA & EFICIÊNCIA

Um Estado que pretende ser eficiente, mais ágil e com um grau maior de resolutividade precisa incorporar ações que ajudem a implantar essa visão e, ao mesmo tempo, avaliar o quanto tais ações estão sendo efetivas.

Nesse sentido, em sintonia com os conceitos do novo Governo - transparência, integridade, eficiência, qualidade, agilidade, simplicidade e inovação – serão adotadas ferramentas e ações de governança de forma gradual e consistente. Entre elas, estão os indicadores de desempenho por secretaria, mecanismos de integração e cooperação, soluções digitais, melhoria e simplificação de processos, entre outros.

2.2.1 Indicadores de desempenho para cada secretaria (gestão por resultados)

Serão definidos, de forma transparente e participativa, ainda no primeiro semestre de 2019, um conjunto de indicadores de desempenho dos resultados que cada área do governo deverá entregar ao cidadão catarinense. Para cada indicador, haverá projetos associados para promover as condições de alcance da meta estabelecida. A cada 15 dias, os titulares das pastas se reunirão com o Governador para análise dos resultados e andamento dos projetos.

O acompanhamento será realizado pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Governamental, composta pela Casa Civil, Secretaria Executiva de Governança e Integridade, Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Fazenda.

2.2.2 Integração e cooperação entre os órgãos de governo

O processo de transição deixou claro que, atualmente, os diversos órgãos do Governo do Estado funcionam, de forma geral, como ilhas. Isso faz com que haja sobreposição de ações, falta de compartilhamento de soluções e integração nos projetos que dependem da atuação de mais de um órgão. Agora, com a construção de uma equipe de governo única e composta por especialistas e técnicos em cada uma das áreas, que trabalhará em prol do Estado como um todo e não apenas para uma determinada base eleitoral, haverá uma maior cooperação e integração de ações. Esse processo de Governança será coordenado pela Casa Civil e Secretaria Executiva de Governança e Integridade. Além disso, a cada 15 dias, após a reunião com o Governador para avaliação dos resultados, haverá um encontro apenas entre os secretários para interação, troca de informações, experiências, definições e resolução de problemas comuns.

2.2.3 Governo Digital

É fundamental tornar a gestão do governo cada vez mais leve e digital. Neste sentido, algumas ações já estão sendo planejadas e colocadas em prática, dentre elas:

- a)** *Projeto Governo sem Papel: nos primeiros 90 dias de gestão, será implantado em toda a estrutura administrativa estadual o projeto Governo sem Papel. Com isso, todos os processos e documentos que hoje são em papel serão digitais a partir do mês de abril de 2019.*

b) Criação de grupo de trabalho para mapeamento dos serviços que podem ser entregues ao cidadão de forma digital e construção de um cronograma de implementação. O objetivo é de, em até quatro anos, ofertar todos os serviços de Governo em formato digital, excetuando-se aqueles impedidos por força de Lei ou por conta de características específicas que impeçam essa funcionalidade. O primeiro órgão a ofertar seus serviços em formato digital será o DETRAN, viabilizando a solicitação e o agendamento da CNH e o licenciamento veicular pela internet permitindo, ainda, a opção de recebimento dos documentos em residência. O planejamento prevê que esses serviços sejam oferecidos ao cidadão ainda no primeiro semestre de 2019.

2.2.4 Melhorias dos Processos

Simplicidade, agilidade, acessibilidade e disponibilidade digital. Estas são as diretrizes que, com o apoio do Escritório de Processos, guiarão o mapeamento e o redesenho da forma como os serviços do Governo do Estado são prestados ao cidadão. Em outras palavras, trata-se de desburocratizar e facilitar a vida do cidadão. Além disso, a reestruturação administrativa a ser encaminhada a esta Casa Legislativa prevê uma reorganização de atividades para gerar mais efetividade das políticas públicas (por exemplo, trabalho, emprego e renda passam a ser gerenciados na ótica de desenvolvimento econômico e não mais de assistência social) e a eliminação de sobreposição de funções, como o caso da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte em relação à Santur, FCC e Fesporte, bem como da Secretaria de Planejamento em relação

à Secretaria de Administração, Casa Civil e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

2.2.5 Redução das Despesas e Aumento das Receitas

A atuação em relação a este item se dará de forma integrada, porém, com ações específicas para cada item.

Em relação à **redução de despesas**, o primeiro ano de governo compreenderá as seguintes medidas:

- a) Contingenciamento do orçamento para o ano de 2019** em 2,5 bilhões de reais para cobrir o déficit de caixa do Fundo Financeiro destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões e demais despesas obrigatórias do Estado.
- b) Negociação para refinanciamento das dívidas** vincendas de 2019 a 2022, com prazo de carência e alongamento do pagamento das parcelas.
- c) Redução do número de secretarias de estado**, com a proposta de extinção das secretarias de turismo, cultura e esporte e de planejamento, além de uma nova configuração mais enxuta e compacta para a comunicação, defesa civil e casa civil. Tais ações gerarão economia, a ser contabilizada assim que as estruturas forem desativadas e reorganizadas, o que deve acontecer nos próximos 100 dias.
- d) Desativação das ADRs:** o decreto que dispõe sobre o processo de desativação das Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs) já foi assinado. Com

isso, até o dia 30 de abril de 2019, todas as ADRs estarão desativadas. Ao final desse processo, será quantificado o valor a ser economizado com a desativação dessas estruturas.

e) Adoção dos Centros de Serviços Compartilhados na administração pública estadual:

visando à redução de custos; melhoria na qualidade na prestação de serviços; padronização de processos; precisão e cumprimento de prazos, especializando o pessoal alocado em atividades de apoio. Esse modelo será adotado até o final do primeiro semestre de 2019, nas secretarias sediadas no Centro Administrativo do Governo do Estado, unificando e reduzindo as áreas-meio de gestão de pessoas, compras e suporte de tecnologia da informação. Depois, esse modelo será replicado nas demais secretarias.

f) Revisão de contratos:

durante o período de transição, foram identificados contratos que necessitam de uma revisão no que se refere a valores e quantitativos. Nos primeiros 100 dias de governo, cada titular de órgão vai reavaliar esses contratos com o objetivo de reduzir essas despesas.

g) Redução dos cargos comissionados e funções gratificadas na administração direta:

com a reforma administrativa, serão eliminados 922 cargos comissionados e funções gratificadas, gerando uma economia anual de 89 milhões de reais, quantia suficiente para custear a ativação da nova ala do hospital de Lages, que deve estar pronta no primeiro semestre de 2019 e demandará 60 milhões de reais. Esse valor de economia se refere à comparação da estrutura atual com a nova estrutura que será proposta à ALESC. Com o provimento dos cargos, considerando que grande parte dos nomeados são servidores públicos, essa economia

deveser ampliada.

- h) Adoção do processo digital:** economia anual estimada de 26 milhões de reais apenas em material de expediente e transporte, considerando o total de 878.205 processos em papel tramitados no ano de 2018 em relação ao custo de 30 reais por processo, estimado pelo Conselho Nacional de Justiça e Universidade Federal do Espírito Santo. Não estão incluídos neste valor a redução de mão de obra terceirizada dos protocolos, redução de espaço para guarda dos documentos e a redução do tempo de envolvimento do servidor com o processo.
- i) Deslocamento de servidores públicos em serviço com o uso de aplicativo de transporte:** em sua primeira fase, este novo modelo de deslocamento atenderá os órgãos do Governo do Estado sediados na Grande Florianópolis. Após essa etapa inicial, o serviço deve ser estendido para todo o Estado. A utilização desse serviço para o deslocamento de servidores trará uma economia estimada de 48% no custo de transporte. Com esse projeto, haverá uma redução de 50% na frota de veículos utilizados na atividade-meio dos órgãos. Os veículos poderão ser destinados à atividade finalística da saúde ou segurança, por exemplo, ou leiloados.
- j) Tornar regra o uso do pregão eletrônico para compras públicas no Governo do Estado:** muitos órgãos ainda utilizam o pregão presencial para realizar compras e contratações, reduzindo assim a participação de concorrentes, a competitividade e a economia oriunda da disputa no pregão. Nos próximos dias será editado o ato tornando o pregão eletrônico regra, admitidas apenas as exceções previstas em Lei, devidamente motivadas e autorizadas pela Secretaria de Estado da Administração. Embora o pregão eletrônico já esteja

consolidado no estado, em 2018, o Portal de Compras ainda registrou 275 pregões presenciais. Iniciativas anteriores no estado mostram que o potencial de redução entre o valor referência e o valor homologado em pregões eletrônicos pode chegar a 16%.

- k) Venda das aeronaves que atendem o Gabinete do Governador:** economia de 3,5 milhões de reais no ano, em custeio e manutenção das aeronaves. Sem considerar o valor que será obtido com a venda das aeronaves. Esse valor corresponde, aproximadamente, ao depósito inicial necessário para liberação das obras de acesso ao novo terminal do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.
- l) Compra direta de passagens aéreas:** atualmente, as passagens aéreas são adquiridas por meio de agência de viagem contratada de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração. Em 2019, esse modelo será alterado e a compra das passagens será realizada diretamente com as companhias aéreas. Esse modelo permite a negociação de descontos nos bilhetes, podendo refletir em economia para os cofres públicos. Iniciativa semelhante na Administração Pública Federal resultou em economia de 18,68% nos gastos com emissão de passagens.
- m) Plano Anual de Compras:** a divulgação do Plano Anual de Compras do Poder Executivo trará inúmeros benefícios, tais como o aumento do potencial de ganho em escala e a possibilidade de divulgação das expectativas de compras para o mercado fornecedor, contribuindo, principalmente, com a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas compras públicas, ampliando assim a competitividade (em atendimento à Lei Complementar 123/2006).

No que diz respeito ao **aumento da receita**, foram definidas as seguintes ações:

- a) Crescimento da receita em decorrência do crescimento da economia:** a Lei Orçamentária aprovada pela Assembleia Legislativa prevê um crescimento da receita estadual em 7%, relativo ao impacto da inflação nos preços e no crescimento do PIB de Santa Catarina. Apesar do aumento da receita, o Déficit de Caixa do Tesouro projetado para 2019 está estimado em R\$ 2,5 bilhões, com despesas de caráter obrigatório. Para fazer frente a este Déficit de Caixa do Tesouro, o novo governo estadual está trabalhando com um contexto favorável para o ano de 2019, diante da mudança no Governo Federal, que está gerando um impacto muito positivo na economia. A receita do Estado, de outubro a dezembro de 2018, apresentou crescimento superior a 10%. Muitos novos investimentos estão sendo anunciados em Santa Catarina, as fábricas ainda possuem muita capacidade ociosa, que será preenchida com o aumento da produção devido a demanda maior por bens e serviços, represados por cinco anos de recessão e desemprego.
- b) Redução das Isenções Fiscais:** a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê uma redução gradual da Renúncia Fiscal no período de 2019 a 2022, fixando limite máximo para a renúncia fiscal em 16%, hoje de 25% da receita bruta de impostos. Destaca-se que também serão revisados todos os benefícios fiscais ainda vigentes em 2019, para verificar a pertinência e a relevância social e econômica de cada item constante da Legislação tributária, para decisão da continuidade ou não dos mesmos.
- c) Repasse das compensações previdenciárias pelo Governo Federal:** estão pendentes para análise do INSS

processos de compensação previdenciária para o IPREV na ordem de 130 milhões de reais. O tema será tratado diretamente com o Governo Federal, a fim de agilizar a análise desses processos e a liberação desses recursos, que ajudarão a reduzir o repasse do Tesouro ao IPREV para cobrir o déficit previdenciário.

d) Levantamento dos imóveis pertencentes ao Estado:

durante a transição ficou evidente que o controle do Estado sobre seus bens imóveis é muito precário, de tal forma que não existe um registro confiável da integralidade desses bens. Assim, será criada uma força-tarefa na Secretaria de Estado da Administração para levantamento e cadastramento de todos os imóveis do Estado, permitindo a realocação de órgãos instalados atualmente em imóveis locados ou em condições precárias. Todos os imóveis que não tiverem utilidade para o Estado serão vendidos, desonerando-o dos custos que envolvem manutenção e permitindo que os valores arrematados sejam reinvestidos nos serviços essenciais prestados ao cidadão.

e) Inteligência Fiscal:

o Estado tem hoje inscrito em dívida ativa e, portanto, a receber, o montante de mais de 17 bilhões de reais. Para ampliar a recuperação desses valores, priorizando a cobrança dos devedores com maior possibilidade de pagamento, será implementado no Governo o projeto Inteligência Fiscal. Será criada uma força-tarefa capacitada na utilização de ferramentas de inteligência fiscal que permitem cruzar informações internas com informações públicas, utilizando tecnologias em Big Data Analytics e Inteligência Artificial, auxiliando na descoberta de oportunidades de cobrança. Projeto semelhante foi implementado na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e viabilizou a recuperação de 500 milhões de reais aos cofres públicos em apenas um ano.

f) Simplificação e Padronização da Legislação Tributária:

a legislação tributária de Santa Catarina necessita de revisão e simplificação e, nesse processo, espera-se fechar todas as janelas de planejamento tributário para reduzir os tributos a recolher, tendo, como consequência, aumento da receita estadual.

g) Foco na Sonegação Fiscal e Economia Informal:

os estudos indicam que a economia informal gira em torno de 20% do PIB. A sonegação fiscal por meio de vendas de mercadorias sem nota fiscal, com nota fiscal com preço menor que o praticado (subfaturamento), com fraudes estruturadas em registros fiscais e contábeis, com contrabando, com pirataria e fraudes em peso e composição de produtos necessita de combate constante da fiscalização de tributos e a Secretaria da Fazenda investirá muito nesse trabalho com a utilização de ferramentas de inteligência artificial. Em 2019, está previsto o uso intensivo dessas ferramentas para a redução da sonegação fiscal e o aumento da arrecadação estadual, com o adimplemento voluntário das diferenças encontradas, através do monitoramento constante da arrecadação de cada contribuinte.

h) Foco na Sonegação de Tributos de Grandes Empresas que atuam em Santa Catarina:

grandes redes de varejo que atuam em Santa Catarina não recolhem ICMS por ação de sonegação, fraudes fiscais e contábeis estruturadas e de planejamento tributário para não recolher tributos, ou simplesmente apura e não recolhe o imposto, caracterizando o devedor contumaz. A Secretaria de Estado da Fazenda dará início a um plano de ação para reduzir esse tipo de sonegação, com resultados diretos na arrecadação do ICMS.

Em conjunto, as primeiras ações propostas para redução de despesa e aumento de receita apresentam um grande potencial para as finanças do Estado. Cabe ressaltar que outras ações serão desenvolvidas, contribuindo para uma melhor saúde financeira do Estado, ampliando sua capacidade de investimento.

2.3 INVESTIMENTOS & MELHORES SERVIÇOS AO CIDADÃO

O novo Governo terá ações prioritárias em todas as áreas, com planos de ação específicos para cada órgão. No entanto, algumas ações, em áreas estratégicas, podem ser destacadas desde já.

São ações prioritárias:

- Investimentos em infraestrutura;*
- Saúde em Tempo Real;*
- Educação Inovadora;*
- Gestão Colegiada da Segurança Pública.*

2.3.1 Investimentos em Infraestrutura

Essa será a marca do Governo que inicia. Certamente, educação, saúde e segurança são as maiores demandas da sociedade catarinense. E o compromisso é entregar serviços nessas áreas em maior quantidade e melhor qualidade. Neste contexto, o crescimento da economia exerce papel fundamental para permitir que o Governo tenha capacidade de atuar fortemente nessas três áreas. Assim, a prioridade será alocar e captar recursos para melhorar e evoluir a infraestrutura no Estado.

Investir em infraestrutura atrai novos investimentos, melhora a competitividade da indústria e de produtores rurais catarinenses, favorece empreendedores, atrai mais turistas, melhora a mobilidade, enfim, gera mais renda e riqueza para as pessoas e,

consequentemente, mais receita para o Governo do Estado. Com essa receita adicional, será possível aprimorar serviços na educação, na saúde e na segurança, por exemplo. A seguir, estão elencadas as ações iniciais na área de infraestrutura.

a) Reformulação completa da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, concentrando todas as atividades em apenas uma estrutura, que hoje já funciona em um mesmo espaço físico, mas com atividades-meio e ações sobrepostas e com custos elevados. A reorganização das competências permitirá agilidade e otimização das ações, uma vez que reduz níveis de autorização nos processos decisórios e elimina sobreposições de atribuições, que, por estarem dissipadas em várias áreas, tornavam morosa a atuação do Governo. Outro benefício é dar fim ao desperdício de energia em atividades sobrepostas nas três entidades. O foco agora volta-se para os objetivos institucionais.

Na nova estrutura - em alinhamento com as diretrizes de simplificação e melhoria de processos e com consequente ganho de eficiência - serão unificadas as atividades meio e fortalecidas as áreas responsáveis pelo planejamento, execução e fiscalização de obras, dando-lhes ênfase, com vistas a diminuir o tempo de execução das obras, evitar paralisações por falta de licenças, erros de projeto e mitigar a necessidade de aditivos contratuais, ou seja, essa transformação pretende dotar a Secretaria da capacidade de produzir estudos, projetos e obras de excelência, a fim de alicerçar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

b) Conclusão das obras que já estão em andamento e retomar as obras paradas, com destaque para a conclusão

do acesso ao novo terminal do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, reforma das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles e conclusão da duplicação da BR-470, seja alocando recursos próprios, seja buscando a parceria do Governo Federal e de Órgãos Financiadores.

- c)** *Atualização do Plano Estadual de Logística e Transporte (a última versão data de 2013), em parceria com todas as entidades que militam nessa área e, com base nele, priorizar as obras necessárias em cada região do Estado.*

2.3.2 Saúde em Tempo Real

Durante a transição foi possível identificar a carência de informações para identificação de problemas e construção de soluções de forma ágil e que garantisse o atendimento adequado das pessoas que precisam do sistema de saúde. Por isso, as ações prioritárias na saúde serão:

- a)** *Sala de Situação da Saúde: para monitoramento e acompanhamento em tempo real das metas, indicadores, filas de espera para procedimentos, leitos disponíveis, ocupação hospitalar, dentre outros indicadores, permitindo a identificação célere de problemas e o apoio ao processo de decisão dos gestores. Na sala de situação será realizado também o controle eletrônico dos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde, permitindo que o “estoque” seja estadualizado. Desta forma, não haverá mais a situação de um determinado medicamento faltar em um município enquanto está vencendo em outro, pois não há demanda para ele.*
- b)** *Projeto Raio-X da Saúde: esse projeto pretende oferecer à população oportunidade de avaliar os serviços de saúde prestados pelo Estado. A população, através da web, fará a avaliação do pacote de serviços que recebeu nas repartições do hospital por onde passou, aferindo uma pontuação objetiva para algumas dimensões do*

atendimento, que vão desde o ambiente físico até a qualidade do atendimento médico, os quais serão transformados em indicadores acompanhados na sala de situação para o embasamento de decisões voltadas à melhoria constante dos serviços de saúde do estado. Na primeira fase do projeto, serão contemplados os hospitais administrados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde.

- c)** *Integração do prontuário eletrônico na Secretaria de Estado da Saúde: atualmente, não há intercâmbio de informações sobre os registros dos pacientes nos hospitais catarinenses. Um hospital não acessa as informações do prontuário eletrônico dos pacientes que já foram atendidos em outro hospital. Isso faz com que o médico não consiga ter uma visão de todo o histórico clínico do paciente, comprometendo a qualidade do atendimento. Além disso, a cada novo atendimento em hospitais diferentes, abre-se a possibilidade de repetição de exames já realizados, ampliando o custo do atendimento. Para acabar com esse problema, a Secretaria de Estado da Saúde dará início à integração do prontuário eletrônico, centralizando em uma única base de dados as informações de todos os pacientes, que ficará acessível para toda a rede hospitalar do Governo do Estado.*

2.3.3 Educação inovadora

Embora o Estado atue em todos níveis de ensino, é no ensino médio que estão concentrados, na atualidade, os maiores desafios, entre eles as altas taxas de evasão escolar. Ainda que isto não seja uma exclusividade de Santa Catarina – o desinteresse na faixa etária que frequenta o ensino médio é percebido em todo o território nacional – é possível agir no sentido de combater esse problema.

Tendo a inovação e a tecnologia como nortes, nos próximos anos, o novo Governo traçou como meta reduzir a evasão escolar no ensino médio. Assim, serão realizadas ações buscando torná-lo mais atrativo, aproximando os estudantes do mercado de trabalho, do ecossistema de inovação e da tecnologia

2.3.4 Gestão colegiada da Segurança Pública

A segurança pública está sendo planejada de forma inédita no Estado, pautada em um modelo que potencializa a integração e a troca de experiências entre Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e técnicos e especialistas do Instituto Geral de Perícias. O objetivo desse modelo é claro: permitir que os gestores dos quatro órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública possam, de forma colegiada, decidir sobre a aplicação técnica dos recursos financeiros da secretaria e ampliar a integração operacional e tecnológica entre as organizações. Uma das primeiras ações nesta área será a conclusão do processo de integração dos registros da Polícia Militar e da Polícia Civil e a criação do banco de dados unificado da segurança pública.

3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em um primeiro momento, o planejamento do novo Governo foi realizado com base em seus aspectos específicos. Contudo, cada área e setor de atuação apresenta seus próprios desafios e perspectivas para os próximos anos, alinhados aos conceitos basilares do novo modelo de gestão estadual proposto.

Este capítulo está organizado por áreas de atuação, já em sintonia com a nova estrutura proposta, e descreve brevemente as ações planejadas para a gestão que se inicia.

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Sob a ótica do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, foram agrupadas as áreas que representam as principais vocações econômicas catarinenses, geradoras de emprego, renda e novas oportunidades, bem como aquelas sem as quais não é possível pensar ou planejar o desenvolvimento estadual.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, terá o propósito de atrair e acelerar investimentos para Santa Catarina, fortalecer e ampliar a posição do Estado no mapa do mundo (turismo e negócios) e maximizar retorno aos catarinenses.

Em sintonia com o novo Governo, a identidade estratégica da Secretaria está alicerçada em cinco pilares que têm a sustentabilidade e a inovação como premissas: 1) a efetividade, a transparência e a celeridade no modelo de governança; 2) gestão orientada para resultados; 3) foco na otimização e dinamicidade dos processos; 4) a sinergia entre pessoas, competências e lugares; e 5) a potencialização do portfólio de programas, projetos, produtos e serviços.

O movimento tem uma só direção: contribuir para a geração de

mais empregos, renda, oportunidades e a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses.

Com vistas a estimular e a acelerar o ritmo da economia desconcentrada e diversificada de Santa Catarina, que também contempla belezas naturais, clima adequado e atividades que são pontos fortes no contexto da atratividade internacional, pretende-se colocar em funcionamento os próximos sete Centros de Inovação, a serem concluídos - proposta que tem a finalidade de fomentar ecossistemas e consolidar uma cultura inovadora, do empreendedorismo e de valorização econômica do conhecimento aplicado, bem como dar suporte e definir, com o apoio das comunidades, um modelo de governança efetivo para cada Unidade, conforme vocação regional, propiciando também a geração de novos ambientes de inovação.

Outra proposta consiste em alavancar programas focados no incentivo, formalização e fomento ao empreendedor. O Programa Juro Zero, que há oito anos estimula empréstimos de até R\$ 3 mil reais a juros subsidiados, presente em 100% dos municípios catarinenses e operacionalizado pelo Badesc, é um bom exemplo. Em 2019 ultrapassa os R\$ 237 milhões em créditos concedidos aos microempreendedores individuais (MEI) em 83 mil operações já realizadas. O programa é responsável pela formalização de mais de 308 mil empresas e propicia ao Estado o retorno de R\$ 58 milhões em impostos.

O SC+Crédito e o Programa Compra Legal têm a expectativa de injetarem, juntos, na economia do Estado mais de R\$ 750 milhões e um retorno de R\$ 184 milhões em impostos recolhidos. Além disso, há outras referências já consolidadas na Secretaria: o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) que, por meio de incentivos fiscais, estimula a implantação ou expansão de empreendimentos industriais que aumentam a ampliação de emprego e renda. A perspectiva é superar o número de concessão de benefícios às empresas, em

2018 na ordem de R\$ 485 milhões em investimentos, gerando dois mil empregos diretos; além do SC Bem Mais Simples, que colocou Santa Catarina na vanguarda e na competitividade nacional, possibilitando a abertura de empresas em até cinco dias úteis, e a Agência de Atração de Investimentos (Investe SC), numa parceria entre o Governo e a FIESC, com projeção de gerar o investimento de mais de R\$ 7 bilhões no Estado. A Agência é responsável por concentrar e disseminar, de forma consolidada, informações econômicas e estratégicas necessárias para o processo decisório de investimento, com o objetivo de prospectar potenciais projetos de investimentos, estimulando a abertura de novas frentes de negócios em Santa Catarina.

Pretende-se retomar e ampliar programas de educação inovadora, qualificando e, mesmo, prospectando postos de trabalho voltados à nova economia, tais como o Geração Tec 2.0, o próprio SINE, projetos de formação empreendedora, Startup SC, Arranjos Produtivos Locais (APLs), preparação das empresas catarinenses para a exportação, disponibilização de indicadores fiscais, econômicos, cartográficos e geodados temáticos que apoiam o desenvolvimento econômico, infraestrutura e a mobilidade regional e municipal.

Compõem a estrutura da Secretaria sete Diretorias (com suas respectivas Gerências), focadas no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, no apoio ao empreendedor, trabalho, emprego e renda, no desenvolvimento econômico e comércio exterior, urbano e territorial, na defesa do consumidor (PROCON), no saneamento, recursos hídricos e meio ambiente, além das mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

A Secretaria ainda conta com um trabalho integrado e colaborativo junto aos Comitês, Comissões, Fundos, Conselhos e Fóruns afins, voltados, por exemplo, ao combate à pirataria, recursos hídricos, meio ambiente e educação ambiental, aos microempreendedores, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais. Estão vinculados à Secretaria,

a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico (AGESAN), a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC), o Instituto do Meio Ambiente (IMA, antiga FATMA), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO), a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) e, a partir deste ano, a integração da Santa Catarina Turismo (SANTUR).

Neste contexto e movimento, outro destaque na nova composição da Secretaria é o turismo, com a vinda da SANTUR, sinergia que, certamente, renderá excelentes resultados ao trade turístico e aos catarinenses. A Secretaria passará a ter a missão de colocar Santa Catarina - Estado privilegiado, plural e dinâmico, cercado por relevos deslumbrantes (da serra ao litoral), com condições propícias de clima que possibilitam turismo o ano todo, com formação multiétnica e gente hospitaleira - no mapa do turismo do mundo. Há diferenciais competitivos, porém, ainda pouco integrados e explorados na economia do turismo catarinense.

A proposta é, também no turismo, identificar e fomentar o potencial de cada região, com ações de valorização, buscando crescimento e produzindo um ciclo virtuoso que, certamente, irá aquecer a economia e ampliar a geração de empregos, além de valorizar a cadeia da indústria, do comércio e do serviço. O turismo, responsável por 13% do PIB catarinense, é um dos principais vetores para a retomada do desenvolvimento econômico e social.

O principal desafio é envolver as pessoas para divulgarem e visitarem Santa Catarina, especialmente para o mundo, o potencial adormecido de cada município, bem como, propondo junto aos órgãos competentes políticas de desenvolvimento do setor turístico. Santa Catarina precisa se mostrar para o mundo, reconhecendo, integrando, aproveitando as melhores práticas, e considerar o turismo como setor estratégico para a economia do Estado.

Santa Catarina também é o Estado que, proporcionalmente,

preserva a maior área de Mata Atlântica no país. O Governo estadual promove políticas públicas para proteção, defesa, recuperação, manutenção, além de estudos dos recursos naturais em Santa Catarina.

O Estado é referência nacional no que se refere à disposição final ambientalmente adequada, ou seja, distribuição ordenada dos resíduos sólidos em aterros sanitários, considerando que atualmente todos os municípios catarinenses apresentam contratos com aterros licenciados para realização da disposição final.

Ainda com o objetivo de garantir o atendimento das premissas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) no tocante à gestão dos resíduos sólidos gerados em seu território, a Secretaria, por meio do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Santa Catarina (PERS/SC), tem a programação e a execução de atividades de melhoria, apontando caminhos, prioridades e orientando investimentos para os próximos vinte anos.

Por meio do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), a Secretaria tem um direcionamento de ações para o uso e gestão das águas superficiais e subterrâneas do Estado nos próximos dez anos.

O Governo do Estado investe, também, em projetos de incentivo à produção de energias limpas e renováveis, como o SC+Energia - Programa Catarinense de Energias Limpas, que aumenta a competitividade da economia catarinense por meio da diversificação da matriz energética. O programa incentiva empreendimentos voltados ao uso consciente de fontes de energias limpas e renováveis em todas as mesorregiões catarinenses, agilizando as licenças concedidas sob a égide da legislação vigente, com projeção de 7.3 bilhões de reais, superação dos 137 empreendimentos já cadastrados e dos 3.3GW de potência nas diversas fontes renováveis (hídrica, eólica, solar e biomassa).

Estima-se mais de 13 bilhões de reais a serem viabilizados através dos programas e projetos geridos pela Secretaria. Haverá desafios e trabalho, mas não faltará disposição para fazer uma gestão efetiva, célere e colegiada. Há espaço para avançar e desburocratizar as estruturas, com vistas a prestar melhores serviços ao cidadão, otimizando processos e aumentando receitas. É papel da SDS&T fazer este elo e dar segurança para o investidor ampliar seu negócio, promovendo um ciclo virtuoso com atração, geração de emprego, renda e oportunidades, enfim, caminhos para o desenvolvimento econômico.

3.1.1 Turismo

Como citado anteriormente, sob a perspectiva do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o Turismo surge como uma importante ferramenta estratégica do Estado, haja vista sua enorme vocação, seus atrativos, sua cultura, entre outros elementos que colocam Santa Catarina em posição de destaque no cenário nacional e internacional. Em sintonia com a nova visão de Governo, a Santur está prevendo o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Manutenção do calendário de participação em eventos do trade turístico (nacionais e internacionais, conforme documento aprovado pelo Conselho Estadual de Turismo, em dezembro de 2018). Nesses eventos, a Santur apoia a participação institucional e empresarial das 12 regiões turísticas de Santa Catarina nos principais mercados nacionais e internacionais, promovendo o produto turístico catarinense para operadores e agentes de viagens;*
- Ampliação do número de capacitações para operadoras e agentes de viagens, realizadas em 2018 em parceria com os Sebraes de diferentes estados;*
- Intensificar as presstrips e ações com influenciadores digitais brasileiros, realizadas em 2018 com apoio do trade turístico das regiões visitadas;*

- *Ampliar a interlocução junto às companhias aéreas (nacionais e internacionais), operadores de turismo e imprensa especializada;*
- *Desenvolver inteligência comercial e investigação de comportamento de mercados;*
- *Avaliar o desempenho do Plano Catarina (Plano de Marketing Turístico do Estado de SC 2010-2020) e reeditar o documento para os próximos dez anos;*
- *Executar pesquisas de fluxo e de demanda turística regionalizadas no estado, orientada para todas as 12 regiões turísticas validadas pelo Mapa do Turismo Brasileiro 2018 (MTur);*
- *Gerar informações turísticas de Santa Catarina por meio de um banco de dados sobre o desenvolvimento da atividade turística no estado, compreendendo informações sobre os produtos e equipamentos turísticos, agenda de eventos, pesquisas e estudos turísticos, material multimídia, entre outros. Atualmente, alguns dados são disponibilizados online por meio do portal turístico (turismo.sc.gov.br) e do site institucional (turismo.sc.gov.br/institucional) na internet;*
- *Aperfeiçoar o gerenciamento das redes sociais oficiais do turismo de SC: Facebook (facebook.com/SantaCatarinaTurismo), Instagram (instagram.com/descubrasc) e Youtube (Santur SC) e outras ainda não-utilizadas;*
- *Aperfeiçoar a administração do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis, e intensificar o processo de concessão desse equipamento turístico. Em 2018, houve 34 contratos de locação do equipamento, que é gerido pela Santur. Ao longo do ano foram arrecadados 792.250,28, deduzidos os descontos da Sefaz/SC. Já há dez contratos para locação em 2019 e um para 2020.*

3.1.2 Agricultura & Pesca

Santa Catarina é destaque nacional e internacional pela excelência sanitária de seus rebanhos e pelo profissionalismo de seus agricultores e pescadores. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, atua como parceiro dos produtores rurais e pescadores, promovendo ações e programas para desenvolver os setores, levando mais renda e qualidade de vida ao meio rural e pesqueiro.

Santa Catarina tem um agronegócio forte e focado no mercado externo, sendo o carro-chefe de sua economia. O estado é o maior produtor nacional de suínos, maçã, cebola, pescados, ostras e mexilhões; segundo maior produtor de tabaco, aves, alho, madeira para uso industrial e arroz, quarto maior produtor de leite, dentre diversas outras atividades. De janeiro a novembro de 2018, o agronegócio respondeu por 66% do total das exportações catarinenses, com um faturamento que passa de US\$ 5,4 bilhões. O bom desempenho é resultado de ações e investimentos do Governo do Estado, iniciativa privada e produtores rurais em busca da excelência na produção.

A Secretaria da Agricultura e da Pesca, por meio de suas empresas vinculadas – Epagri, Cidasc e Ceasa - atua em cinco eixos:

- **defesa agropecuária;**
- **assistência técnica e extensão rural;**
- **pesquisa agropecuária e pesqueira;**
- **abastecimento e comercialização;**
- **fomento agropecuário.**

No período de 2019/2022, os trabalhos da pasta estarão voltados para apoiar os agricultores e pescadores na melhoria do processo produtivo, incentivando o uso de novas tecnologias, gestão e metodologias de trabalho adequadas e mais eficientes. Neste sentido, estão sendo planejadas ações com os seguintes enfoques:

a) Capacitação no meio rural e pesqueiro: os agricultores e pescadores, suas famílias e organizações são a mola propulsora do agronegócio catarinense. Aprimorar e desenvolver suas capacidades e competências é fator determinante para o contínuo aprimoramento do setor. A Secretaria da Agricultura e Pesca atuará na contínua oferta de oportunidades de aprimoramento das capacidades e habilidades técnicas e de gestão aos agricultores e pescadores. Terá atenção especial à formação de jovens rurais e do mar para melhorar e desenvolver suas habilidades de empreendedorismo, gestão, liderança e conhecimento técnico de modo que estejam mais preparados e motivados para perceberem no setor oportunidades de negócio. Assim, teremos uma nova geração de agricultores mais capazes de atuar frente aos desafios do mercado.

b) Melhoria da infraestrutura, regularização e acesso às áreas de produção: a Secretaria irá atuar diretamente e por meio de parcerias no desenvolvimento de ações para regularizar as áreas de produção, bem como apoiar e financiar a aquisição de terras e melhorias na infraestrutura do meio rural.

Com os programas da Secretaria da Agricultura e da Pesca, os agricultores e pescadores podem ter acesso a financiamentos ou subvenção aos juros de financiamentos contratados, com a finalidade de inovação permanente das cadeias produtivas, buscando aumento de produtividade e renda, alternativas de agregação de valor e renda, sempre com especial atenção a sustentabilidade ambiental.

A Secretaria concentra esforços, em parceria com o Governo Federal, também no apoio à aquisição e legalização dos imóveis rurais. Os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra contam com financiamento para compra de terras para que possam iniciar seus projetos de vida

em áreas produtivas. E o Programa Terra Legal pretende legalizar todas as propriedades do meio rural catarinense com até quatro módulos fiscais. Essas ações visam dar segurança jurídica aos produtores rurais de Santa Catarina.

- c) Incentivar a diversificação e melhoria da produção:** com 1,12% do território nacional, uma tradição na produção agropecuária, diversidade de clima, solo e cultura do povo catarinense, Santa Catarina apresenta grande potencialidade para desenvolver e aprimorar cadeias produtivas e arranjos produtivos locais diversificados. O Estado deve apostar na diversificação de culturas como forma de ampliar a renda e dar mais segurança para os produtores rurais e pesqueiros, oferecendo produtos de qualidade aos consumidores.

A Secretaria da Agricultura e da Pesca, por meio de suas vinculadas, irá atuar em ações que visam ao aproveitamento de suas potencialidades e a melhoria dos sistemas de produção. Com a geração, disseminação e estímulo à adoção de tecnologias e inovações, será possível aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, além de proporcionar uma maior adaptação das atividades às mudanças climáticas, aspectos fundamentais para a sustentabilidade do setor.

Atuará estimulando a organização dos agricultores com vistas a buscar melhores condições de relação com o mercado, seja na aquisição de insumos, prestação de serviços e na implantação de unidades de classificação, beneficiamento e transformação da produção, permitindo acessar o mercado formal e institucional, criando oportunidades de ampliação da renda das famílias.

- d) Incentivar a pesca artesanal em Santa Catarina:** o trabalho de fortalecimento da agricultura familiar se estende também para os pescadores, maricultores e piscicultores de Santa Catarina. A Secretaria da Agricultura

irá intensificar os esforços para estruturar, organizar e desenvolver o setor pesqueiro e a maricultura no Estado. A pesca é uma atividade econômica importante em Santa Catarina e será fortalecida com a organização e formalização de sua cadeia produtiva.

e) Defesa Agropecuária: *trata-se de prioridade, uma vez que Santa Catarina é o único estado brasileiro livre de febre aftosa sem vacinação e zona livre de peste suína clássica com reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), além de ter os menores índices de brucelose e tuberculose no rebanho bovino do Brasil.*

O status sanitário diferenciado contribui para que o estado seja o maior exportador de carne suína e o segundo maior exportador de carne de frango do país, alcançando os mercados mais competitivos do mundo.

Em 2019, um novo desafio se apresenta. O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) prevê que a vacinação contra febre aftosa seja suspensa gradativamente no Brasil, separando os estados em cinco blocos. Como Santa Catarina já tem o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) desde 2007, a decisão do Governo do Estado, iniciativa privada e produtores é de que o estado mantenha uma certificação independente do restante do país.

A retirada da vacinação em outros estados irá demandar um investimento ainda maior na defesa agropecuária catarinense. Atualmente, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) mantém 63 barreiras sanitárias fixas nas divisas com Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina que controlam a entrada e a saída de animais e produtos agropecuários. Além disso, em Santa Catarina, todos os bovinos e bubalinos são identificados e rastreados, sendo proibida a entrada de bovinos provenientes de outros estados.

Santa Catarina já se prepara também para seu próximo diferencial competitivo: erradicar a brucelose e a tuberculose do seu rebanho bovino. O estado, que possui a menor taxa de prevalência das doenças do Brasil, quer ser reconhecido como livre de brucelose e tuberculose, status importante para exportação de leite e carne bovina.

3.1.3 Infraestrutura

Santa Catarina possui indicadores econômicos e sociais diferenciados no contexto nacional, considerando que possui apenas 1,12% da área e 3,4% da população do país estes números ficam ainda mais robustos. A Infraestrutura tem participação decisiva neste contexto: as rodovias são responsáveis por 80% do volume de carga transportada no Estado, enquanto no Brasil este volume representa 60%.

A unificação da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE) e do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) permite avanços em todas as frentes desde as elaborações das propostas técnicas para novos programas de financiamento como BNDES e BID até a retomada dos programas de manutenção rotineira, priorizando atenção à sinalização, roçada, conservação e tapa-buraco.

A participação efetiva do corpo técnico possibilita desobstruir ações importantes como o planejamento intermodal, o plano aeroviário, a inclusão de recursos de desapropriações em todas as ações (projetos, financiamentos, entre outros) e o aprimoramento dos editais, contratações, projetos e obras.

Em 2018, foram investidos cerca de R\$ 600 milhões na melhoria da infraestrutura catarinense, com a conclusão de diversas obras importantes e outras que seguem em ritmo acelerado.

O programa de investimentos do Governo do Estado em infraestrutura de transportes destina mais de R\$ 4,4 bilhões para obras de melhoria e ampliação de capacidade de rodovias

e portos catarinenses, como ocorre com a reestruturação do canal para alargamento da bacia de evolução dos portos de Itajaí e Navegantes. A nova bacia de evolução terá um diâmetro de 530 metros e 13 metros de profundidade, podendo operar embarcações com comprimento máximo de 336 metros e largura máxima (boca) de 48 metros. Atualmente, o porto opera embarcações com comprimento máximo de 306 metros. O investimento é de R\$ 147 milhões.

Outro investimento importante, na ordem de R\$ 225,7 milhões, é feito nas obras de implantação, pavimentação e duplicação do novo acesso ao Sul da Ilha de Florianópolis. Os trabalhos tiveram início em 2013, e o prazo de conclusão é agosto de 2019. Essencial para todo o Sul da Ilha, a obra irá beneficiar toda a região e a operação do novo terminal do aeroporto de Florianópolis irá configurar uma nova via de acesso.

A obra de restauração da Ponte Hercílio Luz está com 72,2% da restauração concluída e a atuação segue em diversas frentes, como nos blocos de ancoragem das barras de olhal, colocação das grades que vão funcionar como piso, pinturas, entre outros. Merece destaque a previsão orçamentária para 2019, a do Deinfra aponta um aumento de aproximadamente 80%, enquanto a da Secretaria apresenta um crescimento de 60% em relação a 2018. Em 2018, a previsão orçamentária era de R\$ 433,1 milhões e em 2019 é de R\$ 783,3 milhões. Já a Secretária tinha o orçamento de R\$ 133 milhões para 2018, enquanto a previsão para 2019 é de R\$ 215,9 milhões.

Deinfra e Secretaria tiveram aumento de mais de 400% cada no orçamento previsto para as fontes de recursos do Estado (Fonte 100 e Fundo Social), o que permite trabalhar conservação e manutenção da malha rodoviária – necessários para garantir a vida útil do patrimônio, a segurança dos usuários e as condições adequadas de trafegabilidade.

3.1.4 SC Gás

A SCGÁS exerce um importante papel no desenvolvimento econômico do Estado, fornecendo gás natural aos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial em diversas regiões de Santa Catarina.

Para os próximos anos, a Companhia pretende investir R\$ 204,6 milhões na expansão de rede de distribuição, agregando 271 km à malha atual de distribuição, que alcançou em dezembro de 2018 o total de 1.157 km.

Com a expansão, a Companhia pretende conectar quase 10 mil novos clientes, sendo 100 indústrias, 168 comércios, 17 postos de GNV e 9.573 unidades residenciais (apartamentos).

O plano de investimentos prevê, além da ligação de clientes próximos da rede de distribuição de gás canalizado já construída, a expansão para novas áreas do Estado, destacando-se as obras previstas de extensão da rede de Rio do Sul para Correia Pinto, com objetivo de chegar ao município de Lages.

Além da interiorização, o plano de investimentos contempla a antecipação do atendimento a municípios ainda distantes da rede de distribuição, sendo o caso de Lages, Três Barras, Canoinhas e Guabiruba, cuja viabilização da rede local se dará a partir da regulamentação estadual - Resolução ARESC N° 075 (Redes Estruturantes).

Os investimentos também estão previstos para atendimento urbano, destacando-se o projeto para expansão da rede em Balneário Camboriú, em várias fases, no valor de R\$ 7 milhões, com previsão de atendimento a 24 mil clientes, sendo em sua maioria condomínios residenciais.

Os projetos especiais referem-se à relocação da rede às margens de rodovias BR 470 e BR 280, que estão sendo duplicadas. O valor estimado é de R\$ 13,34 milhões para uma extensão de 11,5 km.

3.1.5 Casan

Tendo como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina, a Casan constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando com intento de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico.

A prioridade número um é desenvolver sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

Atualmente são atendidos pelo sistema CASAN 195 municípios, alcançando aproximadamente 3 milhões de habitantes.

Os serviços são prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos por legislação, de maneira igualitária em toda sua área de atuação. A aplicação de tabela com tarifária única permite a sustentação do equilíbrio econômico-financeiro do sistema independente do volume do município conveniado.

Diante desse fato, a fim de assegurar junto às Agências Reguladoras a continuidade desse modelo único, é essencial que a Casan siga ofertando um serviço de qualidade a uma tarifa módica e igualitária, mesmo nos menores e mais diferentes municípios em que a Companhia opera e que sozinhos teriam

grande dificuldade em ofertar os serviços à população de maneira independente.

As atividades da Companhia são apoiadas em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

- Desenvolvimento Econômico e Social: participando ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados;*
- Preservação Ambiental: desenvolvendo ações de forma sustentável por meio da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente;*
- Saúde Pública: participando de forma proativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços;*
- Função Social: cumprindo seu dever para com a sociedade e diante do empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.*
- Visando foco no cumprimento de sua Missão, os objetivos estratégicos definidos para a CASAN, são:*
 - garantir o crescimento sustentável da Companhia;*
 - garantir o equilíbrio econômico-financeiro;*
 - maximizar o resultado operacional financeiro;*
 - garantir fontes de financiamento para investimento.*
 - ampliar a cobertura dos serviços e área de atuação;*
 - maximizar a satisfação dos usuários e titulares dos serviços;*
 - fortalecer a imagem da Companhia;*
 - preservar o meio ambiente e promover melhoria na qualidade de vida;*
 - aperfeiçoar processos operacionais e administrativos;*
 - ter qualidade dos serviços prestados;*
 - garantir a continuidade do abastecimento de água;*
 - reduzir perdas de água e de faturamento;*
 - desenvolver postura preventiva através da gestão de risco.*
 - desenvolver, valorizar e reter o capital humano.*

- *promover pesquisa, inovação e o permanente desenvolvimento.*

O serviço de saneamento é essencial, contínuo e dinâmico. Após a aplicação do recurso e implantação da estrutura que permite o acesso aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário à sociedade, inicia-se a operação e manutenção destes serviços, que são prestados de forma continuada e ininterrupta. A fonte de recursos alocada para a execução da prestação dos serviços tem o custeio assegurado integralmente pela cobrança de tarifa dos usuários, mas para investimentos em melhorias, ampliação ou implantação, em razão dos elevados valores necessários, além da aplicação de recursos próprios, é necessária também a captação recursos de agentes financeiros, de agências de fomento e da União/Estado promovendo o avanço dos indicadores.

Neste sentido, a Companhia atua com a promoção de boas práticas e desenvolvimento de soluções integradas, visando assegurar a execução dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na gestão sustentável.

Dando prosseguimento à sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, perseguindo o objetivo do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito à universalização da cobertura e atendimento.

Um desafio é compatibilizar as metas estabelecidas nos planos municipais de saneamento com a capacidade de investimento da Companhia. A responsabilidade é grande, pois os investimentos em saneamento básico representam significativos ganhos em termos de qualidade de vida e, até mesmo econômicos, para a população catarinense.

Neste contexto, num quadro de racionalidade empresarial, de otimização permanente, o Plano de Investimentos para os anos de 2019 a 2022 prevê a realização de mais de R\$ 1,5 bilhão em investimentos, focados na ampliação da cobertura dos serviços,

garantindo níveis de eficiência e qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Além dos investimentos nos sistemas de água, que deverão ser realizados em todos os municípios operados, deverão ser concluídos grandes investimentos em sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Balneário Piçarras, Biguaçu, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Ipira, Itá, Ituporanga, Laguna, Lauro Muller, Mafra, Piratuba, Rio do Sul, Santo Amato da Imperatriz e São José. Além destes, a CASAN deverá passar a operar também os sistemas, onde as prefeituras estão executando obras com recursos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Assim, a partir destes investimentos programados e em execução, para o ano de 2022, as projeções realizadas referentes à ampliação da cobertura de esgoto apontam para uma evolução do índice atual de 23% para o patamar próximo a 38% dos clientes atendidos com sistemas de esgotamento sanitário.

Exprimindo as prioridades da Companhia, em busca de eficiência e de aprimoramento das suas atividades, a Companhia resume seus principais Planos de Ações visando o alcance dos objetivos estratégicos em:

- Aumento da Cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para 38% de cobertura da base de economias atendidas com água;*
- Redução das despesas de pessoal, com os desligamentos do Plano de Demissão Voluntária Incentivado - PDVI;*
- Disponibilização de capacitações e treinamentos presenciais;*
- Redução das perdas reais e aparentes de água tratada para o índice de 35% na distribuição;*
- Ampliação da macromedição da produção de água tratada para 90% do sistema CASAN;*
- Aumento do tratamento de efluentes das Estações de Tratamento de água para 75% do volume produzido;*

- *Redução do consumo de energia elétrica, por meio de projetos de eficiência energética;*
- *Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, com novos reservatórios, e reaparelhamento das estações de tratamento;*
- *Medição e Manutenção da qualidade da água tratada em 98% de conformidade nas análises realizadas, e acreditação aos laboratórios de controle de qualidade;*
- *Expansão do sistema de Telemetria e Automação nas unidades operacionais;*
- *Modernização de 16 Estações de Tratamento de Água, com foco em automação nas unidades operacionais,*
- *Substituição e instalação de 800 mil hidrômetros novos para incremento na eficiência da micromedição;*
- *Aprimorar as atividades de Educação Ambiental, visando ampliar o alcance e orientação da população.*

Outro ponto relevante e prioritário para a Companhia é a ampliação do número de municípios operados por meio de Contrato de Programa. Atualmente, são 32 municípios operados com este instrumento contratual, os quais representam 65% da receita da Companhia. O objetivo é ampliar o leque de contratos de programa com os demais municípios, em substituição aos antigos contratos de concessão, a fim de garantir solidez para o negócio e segurança nos investimentos, assegurando a permanente prestação dos serviços de modo planejado e continuado, podendo operacionalizar e executar as metas e ações dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

3.1.6 Celesc

Consolidada como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc é uma sociedade de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia.

Ao longo de sua história, tem contribuído para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, destacando-se pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social.

Suas premissas estratégicas fazem parte de um plano amplo e de longo prazo: o Plano Diretor Celesc 2030. Elaborado a partir de exaustivos estudos de cenários e de oportunidades e ambições dos stakeholders, foi concebido para indicar o caminho a ser seguido pela Companhia para tornar-se sólida e sustentável. O Plano contempla a definição de metas até 2030 e define metas físicas, financeiras e de sustentabilidade.

Quanto às metas de sustentabilidade, estas buscam atuar em torno de quatro pilares: pessoas, sustentabilidade, governança corporativa e gestão pública, com foco na obtenção de reconhecimento da sociedade, a partir de indicadores como prêmios de referência nacional e regional em cada um dos pilares ao longo do ciclo de 2019-2030.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir, que norteiam os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade. Tais objetivos estão agrupados em quatro diferentes perspectivas, da seguinte maneira:

a) Perspectiva Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Crescer o volume de negócios de forma sustentável;
- Assegurar a rentabilidade definida;
- Garantir uma estrutura financeira sustentável com gestão de riscos ativa.

b) Perspectiva de clientes – proposta de valor:

- Aumentar a participação dos negócios extra-distribuição em energia nos resultados do Grupo;
- Capturar as oportunidades regulatórias existentes;
- Consolidar a sua posição no estado de SC e procurar oportunidades trans-estaduais;
- Ser percebida como uma referência em distribuição;
- Fortalecer a gestão de stakeholders-chave.

c) Perspectiva de processos internos:

- Focar o portfólio em Energia;
- Promover o aumento de contribuição das participadas nos resultados da holding;
- Assegurar a eficiência e o controle de custos;
- Cumprir as projeções de negócio;
- Cumprir os níveis de qualidade do serviço prestado.

d) Perspectiva de aprendizagem e crescimento:

- Identificar, desenvolver e gerar talento dentro do Grupo – meritocracia;
- Promover a motivação e satisfação dos empregados;
- Assegurar a implementação de uma governança corporativa com controles internos de referência;
- Assegurar e manter a implementação no dia a dia dos valores estabelecidos;
- Buscar tecnologias que permitam a melhoria de eficiência e/ou satisfação dos clientes.

Planejamento Estratégico

O Plano Diretor Celesc 2030 está na sua quinta revisão e sintetiza as principais opções estratégicas para a Companhia para os próximos anos. Em seis anos de vigência do Plano, os resultados têm sido importantes em termos de elevação da eficiência e melhoria dos resultados.

Na última atualização, a estratégia para a Celesc Distribuição foi a de sobrevivência, na qual predominam os pontos fracos no ambiente interno e as ameaças no ambiente externo. Nesse sentido, serão adotadas duas estratégias básicas: redução de custos e aumento de receita. Para a Celesc Geração foi definida a estratégia de crescimento, com a predominância de pontos fracos no ambiente interno e de oportunidades no ambiente externo, sugerindo as seguintes estratégias básicas: Inovação, Parceria e Expansão.

Iniciativas estratégicas

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico são direcionadas as Iniciativas Estratégicas. O Planejamento Estratégico prevê atualmente o ciclo 2019-2023 para a efetivação de seus objetivos, conforme as iniciativas relacionadas a seguir.

a) Distribuição:

- Obtenção de maior efetividade na gestão regulatória;
- Cumprimento do Plano de Resultados da Aneel;
- Manutenção dos custos dentro dos patamares regulatórios;
- Desenvolvimento de mecanismos de recuperação de receitas.

b) Geração e Transmissão:

- Diversificação do portfólio de negócios em energia;
- Valorização dos ativos atuais de Geração.

c) Novos Negócios:

- *Diversificação do portfólio de negócios em serviços.*

d) Holding:

- *Gestão Estratégica de Pessoas;*
- *Aprimoramento dos processos internos;*
- *Equacionamento da dívida não financeira;*
- *Fortalecimento do processo de comunicação e marca;*
- *Modernização através da inovação;*
- *Fortalecimento da gestão sustentável – triple bottom line.*

Plano de investimentos

Para o próximo ano está previsto um plano de investimento de R\$595 milhões, sendo R\$531 milhões na empresa de distribuição e R\$55 milhões na empresa de Geração.

O orçamento de capital é informado conforme regras de divulgação à CVM que precisam ser cumpridas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina.

A previsão de investimento da Celesc para o período 2020 à 2023 será objeto do próximo Plano Plurianual – PPA a ser elaborado pelo Governo do Estado ao longo do exercício de 2019.

Acompanhamento e Desempenho

O processo de planejamento é desdobrado aos mecanismos e ferramentas internos de gerenciamento às diversas áreas, com vistas a garantir a avaliação e o controle para apoio na tomada de decisões, que assegurem o atendimento às diretrizes estabelecidas no Plano Diretor.

3.2 DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

3.2.1 Saúde

Alinhada aos conceitos do novo Governo, a Secretaria de Estado da Saúde propõe ações que permitam uma qualificação dos serviços de saúde ofertados para a população com transparência nos processos de trabalho, valorização do fator humano e otimização dos recursos públicos, com definição clara do papel do Estado, quais sejam:

- Aprovação do novo organograma proposto para a pasta;*
- Aplicação dos recursos pactuados;*
- Rediscussão junto ao Ministério da Saúde da participação do “ente federal” nos financiamentos do sistema e das responsabilidades do mesmo sobre as ações pactuadas;*
- Revisão de todos os contratos vigentes para verificação da adequação do objeto e para repactuação que se fizer necessária das metas estabelecidas, com foco na necessidade do usuário, conforme indicadores em saúde;*
- A busca de verbas novas, por meio da apresentação de projetos cujo resultado tenha impacto relevante na qualidade dos serviços prestados junto aos cidadãos;*
- Inserção de todos os contratos no sistema estadual de gestão financeira em modelo digital, promovendo transparência nos processos;*
- Adoção de assinatura digital para toda a rede de assistência em saúde;*
- Organização da logística operacional com processos claros e simplificados que propiciem controle mais adequado, respostas mais rápidas e rastreabilidade;*
- Buscar novas parcerias e promover maior aproximação com as já pactuadas, definindo com maior clareza o*

- papel do Estado no processo de gestão;*
- Instituição de processo de melhoria contínua para treinamento de RH e nos fluxos de trabalho;*
 - Fomentar parcerias para cooperação técnica com entes privados e públicos com interesses afins;*
 - Buscar ferramentas para qualificação/acreditação dos serviços;*
 - Elaboração de matriz técnica para convênios, contratos e termos de cooperação;*
 - Estruturação da sala de situação da saúde para uniformização/unificação de sistemas que permitam controle dos processos de trabalho, prontuários, estoques e demais ações pertinentes à gestão, promovendo interação com as esferas municipais, federais e outras; Elaborar projeto para captação de recursos externos a SES;*
 - Promover parcerias com outras Secretarias para compartilhamento de projetos de impacto social que demandem recursos que sejam complementares;*
 - Padronização do modelo de gestão nas unidades da SES;*
 - Rediscussão do Regimento Interno da SES;*
 - Fomentar a realização de pesquisas científicas nas estruturas próprias e conveniadas;*
 - Participação/parceria para realização de ações de cunho educativo junto à sociedade;*
 - Fomento/participação de congressos, seminários e outros para estimular a visibilidade do Estado e fortalecimento da marca SES, como exemplo, a organização conjunta com a ABRAMEDE do Congresso Sul-brasileiro de Medicina de Emergência, a ser realizado em Florianópolis em setembro de 2019;*
 - Definir quais os agravos de maior impacto nas filas de espera para procedimentos e discutir a diminuição da demanda, organizando mutirões;*
 - Aproximar a comunidade (usuário) da Secretaria, através de fomento nas mídias sociais e uso de tecnologias que permitam a manifestação da opinião do usuário sobre os*

resultados dos serviços oferecidos;

- Campanha de valorização profissional dos servidores com premiações, publicação de fotos e outras ferramentas para os destaques em cada área de atuação;*
- Definir reestruturação das Gerências de Saúde e macrorregionais;*
- Fortalecimento da comunicação social para estruturação da “MARCA SES”;*
- Divulgação nas redes sociais da produção de saúde*
- Criar indicadores para todos os superintendentes: indicadores de produção, de qualidade e outros;*
- Identificação dos vazios assistenciais para posterior planejamento de ações específicas;*
- Empoderamento das redes, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, por meio da organização dos processos de trabalho e definição de investimentos;*
- Fomentar atuação conjunta das Superintendências e Diretorias para ações específicas, como, por exemplo, atendimento aos agravos definidos pelo Ministério da Saúde como prioritários (AVC, Dor torácica e Trauma)*
- Desenho de rede utilizando indicadores de necessidades para definição de referências e regionalização do acesso (vocacionar as unidades);*
- Planejamento para investimentos no parque tecnológico;*
- Discussão da possibilidade de construção do novo Hospital Governador Celso Ramos-HGCR, Maternidade Carmela Dutra-MCD e Instituto de Cardiologia de Santa Catarina-ICSC e da central de regulação unificada a ser pactuado com iniciativa privada, conforme projeto já em estruturação;*
- Regulamentação do transporte aeromédico para utilização das ferramentas/equipamentos existentes no Estado;*
- Estruturação da Superintendência de Urgência e Emergência para alinhamento e fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência, uniformizando processos de*

- trabalho e treinamento do RH;*
- Realinhamento do NEU junto a DEPS para fortalecimento das ações de ambas as estruturas;*
 - Adoção de protocolo único de “classificação de risco” para todas as portas da Rede de Urgência (Manchester ou similar para todas as portas);*
 - Renovação da frota de ambulâncias do Estado (APH e TFD);*
 - Aproximação com a Instituição Bombeiros Voluntários para fortalecimento do APH Catarinense;*
 - Combater a superlotação nas Portas de Emergências Estaduais, revendo processos internos e pactuando as contra-referências; (vídeo institucional com informações básicas nas recepções dos hospitais, liberação de sinal para acesso às mídias dentro das unidades, sala de espera para pacientes de alta hospitalar, etc);*
 - Rever controle das Organizações Sociais existentes (metas e indicadores)*
 - Investimento maciço em atenção primária em busca de acreditação;*
 - Força tarefa em parceria com outras instituições para doenças sazonais e de impacto relevante: Dengue, Chikungunya, Febre amarela, Leshmaniose;*
 - Implementação de ações de sustentabilidade nas unidades administradas pela SES, visando reduzir impactos ambientais (captação de água e produção de energia, uso de energia eólica, coleta seletiva de lixo);*
 - Pactuação com a rede privada de saúde para definição de referências de atendimento e fluxos de encaminhamento de pacientes conveniados;*
 - Capacitação de gestores de unidades hospitalares e administrativas, através da plataforma EAD coordenado pela Escola de Saúde Pública, em parceria com as universidades ou entidades de ensino reconhecidas nacionalmente;*
 - Intensificação do uso de recursos tecnológicos de informação disponíveis no Estado, para realização de*

videoconferências com servidores e gestores municipais de saúde, buscando agilidade na divulgação das informações e redução de custos para deslocamentos.

3.2.2 Educação

A Educação é o espaço constitucionalmente constituído de direito de todos e dever do Estado e da família, sua ascensão, conforme preconiza o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988, art. 205).

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, com respaldo na CF (1988), em consonância com a Lei de Diretrizes e Base – LDB e respeitando o Plano Nacional de Educação – PNE, traçou em seu Plano Plurianual – PPA (2015), a missão de “promover a educação escolar de qualidade a todos os catarinenses” e como visão, estabeleceu “elevar a educação de Santa Catarina ao mesmo patamar dos países desenvolvidos”.

Abarcados dessa identidade e considerando os valores pautados na equidade, igualdade, qualidade, ética, responsabilidade social e transparência, o ano de 2019 desponta com uma nova gestão e expertise que converge uníssona no pensamento comum de uma educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, o novo Governo iniciou com a efetivação de mil professores para a rede estadual, além de assegurar o novo piso do magistério na folha salarial de janeiro. Paralelamente, direcionam-se prioridades que serão norteadoras do Planejamento e Ações conduzindo a atual gestão da SED. São elas:

a) *Ambiência escolar* – Proporcionar um ambiente que acolha, agregue e seja o espaço de referência à comunidade, que contemple uma infraestrutura adequada; um ambiente que estimule os educandos para o prosseguimento acadêmico e profissional, como já preconiza a LDB (Lei 9394/94), onde se privilegie, em seu espaço, toda a diversidade cultural existente, com olhar pedagógico inovador e dinâmico, de integração e interação dos indivíduos sociais. A LDB (1994) em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. A especificidade de cada instituição escolar está marcada pela forma como se prepara para enfrentar os desafios colocados no exercício da prática educativa e pelo tipo de sociedade que pretende construir.

i. *Educação Integral e técnica* - neste cerne, implementar a educação integral, incentivando o ensino técnico, qualificando, orientando e preparando crianças e jovens para o mundo. Outrossim, estabelecer parcerias para que os alunos do Ensino Médio possam, no contra turno, frequentar cursos de curta, média e longa duração, com fomento ao empreendedorismo, primando pela qualidade da educação desde os anos iniciais de sua vida escolar e prospectando um cenário promissor a sua carreira. Postura esta que vai ao encontro do que preconiza a atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com 10 Competências Gerais, que propõe o processo de aprendizagem mais alinhado à realidade do século XXI, estabelecendo a referência do que os alunos devem aprender e apoiando a formação continuada, evoluindo desde a formação inicial até o ensino médio. No que tange

a 6ª Competência, em especial, focada no Trabalho e Projeto de Vida, postula valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências para “entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade”.

b) Novas tecnologias—aliadas ao conteúdo das transformações contemporâneas e a necessidade da inserção de práticas que potencializem o processo de ensino-aprendizagem e estejam efetivamente condizentes com as expectativas do público imerso, eclodem as Novas Tecnologias. Essa eclosão tende a reconhecer a escola como uma organização com o compromisso social de educar para a cidadania, e pensar em como a organização será o agente facilitador e/ou potencializador desse processo, pois a mesma pode, em razão do meio social, ser estimuladora ou bloqueadora do desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Evidencia-se, neste aspecto, a necessidade de buscar condições para construir um facilitador à prática educacional, que contribua atraindo o aluno de maneira que não interrompa seu ciclo evolutivo criativo, seja perspicaz, estimulando-o à reflexão. Arquitetar um instrumento na perspectiva para o mundo contemporâneo, que não mais é apenas físico, mas também virtual, dinâmico, de uma sociedade virtual misturada e integrada com o mundo real. Arelados nesse entendimento, o uso de Novas Tecnologias impulsiona a busca por criação/ inovação; direciona a prática educacional diferenciada e axiomática no sentido de que necessita de uma infraestrutura adequada; utiliza dos novos meios nos processos de ensino e aprendizagem; investe na capacidade do aluno de adquirir sua própria educação; pauta-se em qualidade e não em previsão quantitativa; cria um ambiente de ensino interativo, ampliando a interação do docente; e, ainda, questiona as convicções pedagógicas no que diz respeito à visão estereotipada sobre os alunos e o processo

de aprendizagem (BOHN, 2011). Associado a esta prioridade e em observância ao estabelecido nas competências “Conhecimento” e “Cultura Digital”, 1ª e 5ª respectivamente, o uso de Novas tecnologias coaduna a valorização e utilização de conhecimentos sobre o mundo físico, social e digital, apropriando-se de ferramentas de forma crítica, significativa e ética, enredando a capacidade dos alunos de resolver problemas e exercendo protagonismo e autonomia em sua vida.

c) Valorização do corpo docente - a educação constitui-se universalmente em uma ação sistematizada em que pese a capacitação e qualificação da atuação de todos os envolvidos no processo educativo. Ação esta que afeta diretamente todos os docentes comprometidos com sua profissão, e confere ao estado investir no aperfeiçoamento e valorização de suas práticas, avançando no entendimento acerca de seu significado, sua relevância, renovando o sentimento de pertença a classe e seu papel como formador de opinião e agente transformador na sociedade. O profissional responsável por disseminar e encantar seus alunos à sede pelo conhecimento, nas mais diferentes áreas de atuação, são os docentes que farão a diferença e concentrarão forças na educação das crianças e jovens catarinenses, garantindo boa convivência social, possibilitando aos alunos uma leitura do entorno e estimulando-os ao enfrentamento das adversidades com segurança e estabelecendo conduta ética frente a realidade em que vivem. Neste sentido, fortalecer o docente, como já estabelecido no Plano Estadual de Educação – PEE/SC, mas não implementado em sua totalidade, com um plano de carreira reestruturado, proporcionando melhores condições de trabalho, concretizando políticas de formação, como forma também de garantia da qualidade na educação.

i. Sentimento de pertença - Consolidar o que está direcionado na 17ª Meta do PEE/SC, em sua estratégia

17.5 que instiga especificamente um plano de ação voltado a “promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação”. Assegurar a melhoria da qualidade educacional perpassa por reconhecer e valorizar a atuação destes profissionais que estão diuturnamente comprometidos com a educação do estado. Resgatar o orgulho e sentimento de pertencimento dos profissionais implica em motivar os mesmos da amplitude e importância do seu papel da formação educacional e social dos indivíduos, o que significa exercitar a empatia, o diálogo, resolução de conflitos e a cooperação, estabilizando possíveis ansiedades, criando segurança e sinergia entre todos.

ii. Atmosfera inovadora – Impulsionar o compartilhamento de conhecimento entre os docentes e servidores técnicos, construindo pontes entre as diferentes áreas do saber, evitando o insulamento setorial e individualidade (BOHN, 2017), adotando uma postura colaborativa, como já mencionada na BNCC, agindo para a coletividade com responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, explorando os campos de aprendizagem, vislumbrando melhores práticas em sua atuação e potencializando a capacidade intelectual individual.

d) Efetividade ao PEE - O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, documento com força de Lei – Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015, contém 12 diretrizes, estabelece 19 metas e 312 estratégias-, é o instrumento norteador das políticas, programas e ações de Estado, com vistas ao alcance de patamares adequados de qualidade e equidade na Educação. O Plano atribui à Secretaria de Estado da Educação uma série de responsabilidades na formulação, controle e avaliação das políticas educacionais, bem como na coordenação das atividades, ações, programas e projetos da educação básica, e profissional

da Rede Pública Estadual em Santa Catarina. Sua execução se dá com a participação da sociedade e em colaboração com os entes federados, num esforço político, financeiro e decisório, com mecanismos de monitoramento sistemático e de avaliação periódica, estruturados e validados pelos órgãos responsáveis pela avaliação de políticas públicas. Entretanto, conforme indicadores das Metas do PEE/SC 2015/2024 contidas no 2º Relatório Técnico de Monitoramento do mesmo, constam estratégias em andamento, porém, nenhuma das Metas apresentadas executadas em sua totalidade, o que remete à gestão atual unir esforços para desenvolvê-lo, contemplando as esferas educacionais e implementando as 12 diretrizes do PEE, as quais podem ser visualizadas sequencialmente,

Art. 2º São diretrizes do PEE:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- XI – priorizar a instituição do ensino integral na rede

educacional pública catarinense; e
XII – priorizar os investimentos educacionais nos Municípios e regiões com níveis baixos de IDH e IDH-E. (SANTA CATARINA, 2015)

Elencadas as prioridades, reiteramos que a combinação de elementos diferenciados, conduta colaborativa, valorização de todos os profissionais envolvidos ao uníssono objetivo da qualidade da educação em sala de aula, corrobora a excelência em obter positivos resultados. Reporta, ainda, ao entendimento do ser no respeito e consideração as suas manifestações, construindo significados sociais, valores e atitudes que transformarão o comportamento e propulsionarão a educação de qualidade a todos.

3.2.3 Segurança Pública

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e seus órgãos vinculados têm atuação focada na integração, cooperação, organização e desempenho dos serviços internos. Nesse sentido, e em consonância com os conceitos do novo Governo, estabelece as prioridades a seguir para o próximo período.

a) PROTEÇÃO À VIDA E AO PATRIMÔNIO: *atuar de forma integrada de modo preventivo e repressivo e com recursos de inteligência policial voltados à redução dos crimes praticados contra a vida humana e contra o patrimônio, fomentadores da sensação de insegurança.*

- Reduzir as mortes violentas: *homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, bem como a vitimização de agentes da segurança pública e a letalidade em intervenções policiais. Adotar programas e ações voltadas à diminuição dos índices de criminalidade relativos à mortes violentas decorrentes de crimes de homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, com a consequente identificação e prisão dos autores, bem como à redução da vitimização de agentes da segurança pública e da letalidade*

em intervenções policiais.

- Reduzir a violência contra a infância e a juventude, contra a mulher e os crimes motivados pelo preconceito:

buscar a redução da violência contra as crianças e os adolescentes por meio de ações e da ampliação da rede de proteção à infância e juventude; enfrentar a violência contra a mulher promovendo a articulação com instituições que formam as redes de atendimento às mulheres vítimas de violência; reduzir a incidência de crimes motivados pelo preconceito e elaborar rotinas nos sistemas informatizados das instituições ligadas à SSP/SC para identificar as vítimas e quantificar os crimes motivados pelo preconceito, bem como a responsabilização adequada aos infratores.

- Reduzir os crimes contra o patrimônio:

adotar programas e ações voltadas à diminuição dos índices de criminalidade relativos aos crimes de roubo e furto, com a consequente identificação e prisão dos autores. Ampliar os programas preventivos de forma a prover um modelo de governança pública junto à sociedade catarinense na resolução dos problemas intrínsecos aos indicadores criminais.

b) ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO E COMBATE AO TRÁFICO:

intensificar o combate às organizações criminosas e ao tráfico de drogas e de armas com a sofisticação do sistema de inteligência.

- Reduzir as atividades do crime organizado por meio do combate às facções criminosas e da redução do tráfico de drogas e de armas:

ampliar a integração entre as polícias, o Instituto Geral de Perícias e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, entre outros órgãos, nas dimensões de inteligência e operações objetivando o enfrentamento ao crime organizado e o combate ao tráfico de drogas e de armas.

- Reduzir a atividade criminal nas fronteiras e nas divisas: adotar programas e ações voltadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e demais delitos praticados na faixa de fronteiras e divisas do Estado.

c) OPERAÇÕES INTEGRADAS: planejar e coordenar as operações integradas de grande porte realizadas pelas instituições de segurança pública, padronizando processos e ações, com vistas à sua maior efetividade e racionalidade dos recursos e resultados.

d) MEIO AMBIENTE: assegurar ações preventivas de defesa ao meio ambiente e de pronta resposta em emergências ambientais, o que engloba a proteção e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a fim de combater a desertificação, deter e reverter a degradação e a perda de biodiversidade.

- Proteger o meio ambiente: ampliar os esforços para a contenção dos ilícitos e danos cometidos contra o meio ambiente, ampliando assim a sua proteção e possibilitando a recuperação das áreas degradadas.

- Promover ações de fiscalização e de segurança: promover as ações de fiscalização e atividade técnica, pronta-resposta em casos de emergência e atendimento pré-hospitalar, combate a incêndios e as atividades de busca e resgate, de modo a garantir a segurança das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente.

e) ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL: a Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como seus órgãos, promoverão a articulação com órgãos das três esferas de poder (Executivo, Judiciário e Legislativo), nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e com organismos internacionais.

- **Promover a articulação interinstitucional e com a sociedade com vistas à solução dos problemas de segurança pública:** estimular a aproximação e o envolvimento das comunidades locais, adotar programas e ações voltadas à realização de parcerias, convênios e acordos com órgãos dos três poderes, nos três níveis de governo, com organismos internacionais, visando uma maior articulação interinstitucional com a finalidade de aumentar a confiança em relação aos órgãos da segurança pública em busca da solução dos problemas de segurança e o fortalecimento das relações estratégicas.

f) CAPITAL HUMANO: fortalecer e aperfeiçoar a política de gestão de pessoas, ampliando a valorização profissional, bem como a qualidade de vida e saúde no trabalho.

- **Promover a adequação do efetivo às necessidades da segurança pública:** adequar a política de pessoal a fim de garantir recursos humanos condizentes às demandas.

- **Promover a saúde física, mental e psicossocial dos agentes da segurança pública,** por meio de programas e ações voltados ao bem-estar dos seus agentes, de modo a proporcionar as condições adequadas para o desempenho das complexas e arriscadas atividades profissionais.

- **Promover o aperfeiçoamento e a capacitação profissional dos agentes da segurança pública,** por meio de cursos, treinamentos e outros tipos de eventos e ações pertinentes à área, de modo a proporcionar as condições adequadas para o exercício das atividades.

g) PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA e INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: fortalecer e aperfeiçoar a política de planejamento, de gestão logística, de materiais e de infraestrutura, bem como

o uso de novas tecnologias (TICs), para aumentar a eficiência dos órgãos da SSP, promovendo a acessibilidade digital ao cidadão, a modernização, a simplificação e agilidade nos atendimentos aos usuários e colaboradores.

- Realizar os investimentos logísticos e estruturais necessários às atividades da segurança pública: investir na melhoria, renovação e modernização dos equipamentos de proteção, armamentos, veículos, equipamentos de informática e de tecnologia e obras e instalações, a fim de garantir condições tecnológicas e estruturais adequadas e inovadoras aos órgãos integrantes da SSP/SC.

- Modernizar, otimizar e aperfeiçoar a gestão: desenvolver e aprimorar ferramentas de gestão, reestruturação dos organogramas administrativos, adotar ferramentas para criar a cultura de planejamento estratégico, modernizar sistemas administrativos.

- Promover o desenvolvimento tecnológico das atividades da segurança pública: incentivar a inovação, o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias de forma a promover o aperfeiçoamento das atividades e ações na área de segurança pública, padronizando procedimentos.

- Rever e modernizar a legislação específica dos órgãos de segurança: adequar a legislação vigente das instituições de segurança à nova estrutura administrativa do Estado e modernizar seus quadros organizacionais

3.2.4 Cultura

No cenário nacional, Santa Catarina contribui de forma extraordinária pela sua diversidade cultural. Colocar esta singularidade a serviço da sociedade, gerando trabalho e renda, é meta capaz de produzir importantes resultados no estado.

A Cultura alargou-se como um grande ativo ou recurso intangível na era do conhecimento já que, além de proteger a memória, a diversidade da sociedade e incentivar as artes, promove a inclusão social e produtiva, contribuindo para a diminuição da criminalidade.

Diante desse contexto, e em sintonia com as linhas estratégicas do novo Governo, a Fundação Catarinense de Cultura objetiva desenvolver programas, projetos e ações cujos resultados potencializem a cultura catarinense e promovam a qualidade de vida da sociedade.

O trabalho a ser desenvolvido busca atender às seguintes diretrizes:

- Desenvolver políticas públicas compartilhadas, aliando a preservação da memória e as artes a processos de inovação;*
- Potencializar a participação da cultura no desenvolvimento econômico sustentável;*
- Estabelecer programas transversais que integrem as várias áreas da Cultura, a Educação, Meio Ambiente, Turismo, Saúde, Segurança Pública, Ciência e Tecnologia e Comunicação;*
- Promover ações integradas, de circulação e difusão no campo das artes;*
- Desenvolver ações de formação, qualificação e capacitação de agentes culturais e gestores de cultura.*

Além disso, estão, entre as metas a serem alcançadas, as apresentadas a seguir:

- Ampliar o grau de institucionalização das políticas públicas, por meio da implementação do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;*
- Implantar sistemas de informações voltados ao monitoramento das atividades culturais;*

- Fortalecer e estruturar a Fundação Catarinense de Cultura, como o órgão estadual responsável pelo planejamento e execução das políticas públicas na área da cultura, dotando-a de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros, suficientes à sua ampla atuação;
- Desenvolver a Rede Estadual de Patrimônio Cultural, por meio de parcerias entre os entes federados e a sociedade civil;
- Atuar na difusão, fomento e integração das artes no Estado.

3.2.5 Esporte

Para o novo Governo, as ações voltadas ao esporte catarinense surgem associadas ao âmbito do desenvolvimento social e têm a Fesporte, a Fundação Catarinense de Esporte, como a sua principal promotora. Sendo assim, a Fundação volta a assumir o papel que lhe foi atribuído quando de sua criação, incluindo a execução de programas, projetos e ações da política estadual de esporte, o incentivo ao desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas portadoras de deficiências, além do exercício de atividades relacionadas com o desporto e a educação física, compatíveis com suas finalidades.

Entre as ações planejadas para os próximos meses, estão:

- executar o calendário de eventos aprovado pelo Conselho Estadual de Esporte (CED) para o exercício de 2019;
- licitar os serviços essenciais para a execução do calendário de eventos;
- planejar a recomposição do quadro funcional da entidade a partir das prioridades definidas com a reforma administrativa;
- definir um novo organograma para a FESPORTE, contemplando a necessidade de enxugamento da máquina pública, coerente com a realidade financeira do Estado, mas sem deixar de atender as finalidades específicas a que a FESPORTE se propõe.
- promover a vinculação dos órgãos esportivos à FESPORTE -

Conselho Estadual de Esporte (CED) e o Tribunal de Justiça Desportiva de Santa Catarina (TJD/SC), que compõem o Sistema Desportivo Estadual e estão intimamente ligados em todos os eventos do Calendário da Fundação;

- acompanhar e buscar aprovar a alteração legislativa para que a competência da formulação de políticas públicas e outras atribuições da SOL sejam feitas pela FESPORTE;*
- buscar novas modalidades de promoção do esporte em Santa Catarina, incluindo a captação de recursos com a iniciativa privada, com vistas à desoneração do Estado e a ampliação da gama de projetos a serem realizados e/ou contemplados pela FESPORTE.*

3.2.6 Defesa Civil

No âmbito da Defesa Civil, as prioridades elencadas buscam um alinhamento com o novo modelo de gestão estadual. Nesse sentido, objetivo principal é a promoção de ações que busquem reduzir o risco de desastres e minimizar os seus efeitos. Para tanto, serão desenvolvidas as estratégias e ações a seguir.

Mudança do foco estratégico da Defesa Civil estadual dando ênfase nas pessoas

A mudança do foco estratégico será realizada fornecendo maior importância na estrutura dentro da Secretaria voltada para Educação e Capacitação da comunidade e dos colaboradores, através dos seguintes programas:

- a. Defesa Civil na Escola:** *tem como objetivo a preparação dos professores, dos estudantes e das escolas para a realização de atividades transversais que envolvem a gestão de risco e de desastres, visando a mudança de cultura e de comportamento em relação aos eventos adversos, para ser implementado nos municípios com a utilização de materiais pedagógicos, jogos, apostilas e de coletes;*

b. Capacitação de profissionais na área de proteção e defesa civil e assistência social: O objetivo dessa ação é capacitar profissionais vinculados à assistência social que atuam nas situações de risco e desastre, visando aumentar a qualificação técnica para uma atuação eficaz, eficiente e integrada no gerenciamento de abrigos e na atuação junto à comunidade visando a melhoria do atendimento a públicos vulneráveis: crianças, adolescentes, idosos, bem como famílias e comunidades, nestes momentos de desastre. Desse modo, essa capacitação estabelece de fato a atuação intersetorial das políticas, que são complementares, fortalecendo a atuação junto às comunidades, às famílias e à população.

c. Semana Estadual de Defesa Civil e Semana Nacional de Redução de Riscos e Desastres: A Semana Estadual de Ações de Defesa Civil é comemorada anualmente na 3ª semana de maio, já a Semana Nacional de Redução de Desastres é comemorada na 2ª semana de outubro de cada ano, destinada a aumentar o senso de percepção de risco da sociedade brasileira, mediante a mudança cultural da população relacionada à sua conduta preventiva e preparativa, principalmente das comunidades que vivem em áreas de risco. O Dia Internacional para a Redução de Riscos, deliberado em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pretende chamar a atenção de todos os Estados para a necessidade de adotarem políticas que visem a prevenção e a redução de danos humanos e materiais. Anualmente a SDC promove eventos e ações preventivas para marcar a Semana Estadual de Defesa Civil, e a Semana Nacional e Internacional de Redução de Riscos e Desastres. Essas ações são desenvolvidas com o apoio de universidades e do Comitê Técnico Científico e é uma oportunidade para fortalecer a cultura de prevenção e de preparação no estado.

Apoio aos municípios para análise e percepção de riscos, estruturação das defesas civis municipais e captação de recursos para obras preventivas

O apoio aos municípios é realizado em múltiplas frentes, seja por envio de equipe técnica para realizar vistorias em áreas de riscos e áreas ocorridas por desastres, seja pela capacitação dos Coordenadores Municipais de Proteção e Defesa Civil e auxílio na estruturação da Defesa Civil municipal, bem como pelo auxílio na elaboração de planos de trabalho com fito a buscar recursos na esfera federal.

a) Ações preventivas de baixa complexidade: a SDC possui em suas atribuições a coordenação e articulação de ações de prevenção, mitigação e preparação, evitando ou mitigando desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense, estabelecendo uma sociedade mais resiliente, desta forma apóia os municípios na realização dessas ações por meio de convênios e planos de trabalho para a execução de ações não estruturais e estruturais de baixa complexidade, tais como: estabilização de encostas, desassoreamento de rios, construção de galerias pluviais, entre outros.

b) Identificação de áreas de riscos nos municípios: pelo Serviço Geológico do Brasil e equipe técnica da Secretaria será feita a identificação de áreas de riscos nos municípios catarinenses através da execução da setorização de riscos a movimentos de massa e eventos destrutivos de natureza hidrológica, elaboração de pré-cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e eventos de natureza hidrológica, elaboração do mapeamento de risco geológico e perigo e elaboração das cartas de suscetibilidade. O estado de Santa Catarina será o primeiro estado da Federação a contar com este nível de mapeamento de riscos e será um

insumo para diversas áreas, tais como planejamento urbano e territorial, por meio dos planos diretores, planos de expansão urbana e planos de redução de riscos, e de preparação, por meio do monitoramento e alerta e elaboração dos planos de contingência municipais e estadual.

c) Sistema Integrado de Proteção e Defesa Civil: *constitui uma solução composta por conjuntos de funções de: integração e interoperabilidade; consciência situacional; operações correntes; inteligência; e gerenciamento de eventos; capaz de modelar, instrumentalizar e automatizar os processos contidos na cadeia de valor da Defesa Civil. A ferramenta será disponibilizada gratuitamente a todos os municípios catarinenses, onde será possível que realizem todas as atividades vinculadas à Defesa Civil, desde a criação dos seus Planos de Contingência, gestão do desastre, até os planos de recuperação e reabilitação.*

Obras preventivas

Por meio de obras estruturantes com finalidade de mitigar os efeitos de eventos hidrológicos adversos, o Estado tem atuado de forma eficaz quanto à redução de risco de desastres. Atualmente contamos com três grandes barragens de contenção de cheias, situadas em Taió, Ituporanga e José Boiteux, contudo há projetos para execução de outras obras que possibilitam a redução de grandes desastres no território catarinense.

a) Melhoria fluvial do Vale do Itajaí: *este projeto possibilita a execução de obras de prevenção e desastres em áreas de grande vulnerabilidade e estão localizadas em cidades de grande importância econômica no Estado. Dentre as principais medidas consideradas na sua concepção, destacam-se: medidas de redução no escoamento da vazão dos rios da bacia, através da preservação e melhoramento da função de contenção das águas na bacia da planície aluvial,*

medidas para o uso eficiente das instalações hidráulicas existentes e instalação de novos dispositivos de regulação das enchentes e medidas de alargamento de calha dos rios da bacia e construção de diques, com intuito de escoar enchentes de porte com segurança.

b) Projeto 3 barragens: a construção de 3 (três) barragens de contenção de cheias, nos rios tributários Taió, Perimbó e Ribeirão Braço do Trombudo, localizados nas bacias hidrográficas a montante da cidade de Rio do Sul, integrantes da Bacia do Rio Itajaí, têm por finalidade possibilitar a execução de obras de prevenção a desastres, em área de grande vulnerabilidade, causando reflexos positivos em cidades de importância econômica, como Rio do Sul, Blumenau e Itajaí, e a foz do Rio Itajaí-açu, que abriga os Portos de Itajaí e Navegantes. Além de sistema de operação que contemple o aproveitamento da água armazenada para diversos usos.

c) Projeto Barragem Botuverá: Construção de uma barragem de contenção de cheias, no Rio Itajaí Mirim a montante da cidade de Botuverá, integrante da Bacia do Rio Itajaí, com capacidade de retenção mínima de 15.700.000 m³ de água no pico da enchente, com objetivo de contenção de cheias, com a possibilidade do aproveitamento da água armazenada para diversos usos, bem como as obras de acesso às comunidades atingidas pela barragem.

d) Melhoramentos na barragem de José Boiteux: Das três barragens de contenção de cheias existentes no Alto Vale do Itajaí, a Barragem Norte (José Boiteux) se destaca por possuir o maior volume de reservatório, 357 milhões m³, sendo a barragem de maior capacidade de contenção, além de nunca ter transbordado pelo vertedouro. No ano de 2015 às áreas da barragem, assim como as estruturas de operação foram tomadas por indígenas da comunidade Xokleng como forma de manifestação. Desde então a

mesma não possui condições de operação, pois a maioria dos seus equipamentos foi danificada. Sendo assim, é de fundamental importância que essa barragem seja recuperada com máxima urgência.

e) Melhoria fluvial do Rio Tubarão: este projeto visa obter o licenciamento das obras do melhoramento fluvial do canal retificado do Rio Tubarão, bem como a atualização do projeto executivo, visto que o canal necessita da re-dragagem e melhorias que aumentem a sua vazão evitando-se assim enchentes, haja vista que não houve a manutenção desde a sua construção, em 1978.

f) A concessão para a geração de energia elétrica nas barragens para o financiamento de ações de Defesa Civil: considerando o alto o custo anual para a manutenção das 3 barragens existentes, pretende-se realizar a concessão das barragens para a geração de energia elétrica, a qual traz diversos benefícios à população, como por exemplo a diminuição das tarifas cobradas, além da geração de receita para destinar a outras ações preventivas.

Otimização dos serviços e operações prestados pela SDC

a) Prestação de serviço de previsão de curtíssimo prazo: o Estado de Santa Catarina é considerado pela comunidade meteorológica do Brasil como uma referência pelos investimentos que têm realizado na área, com destaque para a estruturação de uma rede completa de radares meteorológicos, a aquisição de um sistema de recepção de dados do Satélite GOES-16, o projeto SIFAP-SC que inclui a operacionalização de um modelo meteorológico avançado de alta resolução e assimilação de dados e a criação do CIGERD. Em breve deve-se estar em pleno funcionamento, através de equipe especializada, os serviços de previsão de curto e de curtíssimo prazo junto ao CIGERD, obtido

pelo melhor entendimento dos processos físicos relacionados a eventos de tempo severo, através do monitoramento contínuo, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Assim, irá contribuir de forma efetiva para a redução de risco nos municípios.

b) Manutenção das barragens e radares: *com investimentos de aproximadamente 30,5 milhões de reais na implantação dos 3 radares meteorológicos (que geram cobertura em 100% do território catarinense) e 60 milhões de reais na sobre-elevação das barragens de Oeste (Taió) e Sul (Ituporanga), estes garantiram a minimização dos impactos dos eventos da natureza, reduzindo os prejuízos públicos e privados, entretanto, essa ampliação da rede de monitoramento e das barragens geram a necessidade de manutenção, a fim de garantir a efetividade de suas ações.*

c) Automação da abertura das comportas das barragens: *As barragens são operadas hoje através de acionamento manual local realizado por operador. Desta forma a susceptibilidade a erros de leitura e problemas de comunicação nestas ocasiões é muito alta. Os casos de erros de leitura e impossibilidade de comunicação com os operadores das barragens podem acarretar em graves problemas de operação, e resultar em danos às estruturas das barragens, e, principalmente em danos à população que reside a jusante dos barramentos. Com a automação das barragens, será viabilizada a leitura por telemetria dos níveis de montante e jusante e o comando remoto de abertura e fechamento das comportas e monitoramento de sua posição, evitando erros e falhas de comunicação.*

d) Sistema para operações de barragens: *trata-se de serviços especializados de previsão de eventos hidrológicos críticos,*

de apoio para a operação de estruturas de prevenção e controle de cheias, de identificação, mapeamento e análise de riscos hidrológicos e de planejamento de redes de monitoramento e alerta. O Sistema de Monitoramento e Alerta abrange a implantação e consolidação de uma rede de sensores e de sistemas de monitoramento e previsão (radares meteorológicos, estações pluviométricas e pluviométricas, entre outros sensores já implantados e em vias de implantação, modelos numéricos etc.), estando todos integrados com o CIGERD em uma plataforma digital.

3.3 GESTÃO

3.3.1 Gestão Fazendária

A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC), órgão responsável pelos sistemas de Administração Financeira e Planejamento Orçamentário, administra a arrecadação e a fiscalização dos tributos estaduais; gerencia e controla a utilização dos recursos públicos estaduais; elabora, executa e acompanha o orçamento estadual; contabiliza a gestão dos recursos públicos; e acompanha e controla a dívida pública do Estado.

Além disso, a SEF/SC apoia os demais órgãos do Governo do Estado quanto à administração financeira e contábil, sempre com o objetivo de garantir que os impostos pagos pelos contribuintes sejam muito bem aplicados nos serviços demandados pelos cidadãos catarinenses.

*Alinhada com os conceitos que pautam o novo Governo do Estado de Santa Catarina, as ações da SEF/SC serão baseadas na **transparência e integridade; governança e eficiência; e investimentos e melhores serviços ao cidadão.***

Para atender à premissa de aumentar a arrecadação e reduzir

as despesas, fazendo com que a economia de Santa Catarina se torne cada vez mais competitiva, a SEF/SC estabeleceu metas que serão cumpridas a partir deste ano, com prazo até 2022:

a) Pagamentos em dia: O principal objetivo da SEF/SC é manter os pagamentos dos compromissos contratuais do Governo de Santa Catarina: servidores, fornecedores, municípios, dívida pública e demais acordos.

b) Combate à sonegação fiscal: A fraude ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei ou o regulamento fiscal, como vendas de mercadorias sem nota fiscal, com nota fiscal com preço menor que o praticado (subfaturamento), com fraudes estruturadas em registros fiscais e contábeis, com contrabando, com pirataria e fraudes no peso e na composição de produtos.

Para evitar a sonegação, a SEF/SC trabalha constantemente na fiscalização e investirá, a partir de 2019, **na utilização de ferramentas de inteligência artificial para o combate às fraudes fiscais**. As ações terão foco tanto na economia informal como nas redes que atuam no Estado e não recolhem ICMS por ação de sonegação, fraudes fiscais e contábeis estruturadas e de planejamento tributário para não recolher tributos, caracterizando-se como devedores contumazes.

c) Modernização da máquina arrecadatória: Para atuar no combate à sonegação e aumentar a Receita Corrente Líquida (RCL), a SEF/SC investirá na **modernização da máquina arrecadatória, promovendo assim melhorias nos processos de gestão fiscal, financeira e patrimonial**. A medida contempla investimentos em tecnologia, incluindo equipamentos e sistemas de controle da gestão financeira e fiscal, bem como a capacitação de servidores.

d) Tributação Verde: Santa Catarina será um dos primeiros

Estados do país a implementar a Tributação Verde, cujo objetivo é adotar políticas tributárias para um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. Trata-se de um novo paradigma econômico em que os **produtos devem refletir no preço os impactos que causam no meio ambiente para serem produzidos.**

A medida é prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 170, em defesa de práticas sustentáveis. Em 2003 foi aprovada uma emenda constituição complementando o artigo 170, incluindo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

...

VI- defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

A prática é comum em instituições internacionais que promovem políticas públicas ambientais sustentáveis: países da Europa, por exemplo, cobram taxas mais altas nos produtos que não utilizam plástico reciclável, já que grande parte dos rejeitos do material acaba nos oceanos afetando ecossistemas e a cadeia alimentar humana.

A adoção de tratamento diferenciado para produtos sustentáveis tem o apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O órgão, que conta com a participação de 36 países, recomenda a adoção de políticas que utilizem mecanismos de mercado para tornar produtos e tecnologias limpas mais baratas do que as alternativas que prejudicam o ecossistema.

e) Redução dos benefícios fiscais: A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pela Assembleia Legislativa

de Santa Catarina (Alesc) em agosto de 2018, **prevê uma redução gradual da renúncia fiscal de 2019 a 2022, fixando limite máximo em 16% da receita bruta de impostos.** No último ano, os benefícios fiscais chegaram a 25% da receita, totalizando R\$ 5,938 bilhões.

Destaca-se que também estão sendo revisados todos os benefícios fiscais que ainda estão sendo concedidos, analisando a relevância social e econômica de cada item constante da legislação tributária, para decisão da continuidade ou não dos mesmos.

f) Melhoria da Capacidade de Pagamento: Seguindo a recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia do Brasil, o Estado de Santa Catarina precisa aprimorar os indicadores para melhorar o rating e, conseqüentemente, aumentar a margem para contratar operações de crédito com garantias da União.

O Índice Capacidade de Pagamento (Capag) é atribuído com base em indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez, através de notas A, B, C ou D. Hoje, o indicador de endividamento de Santa Catarina está em 109,87, o que confere ao Estado a classificação B; já o indicador de poupança corrente está em 96,66, classificação C; por fim, o indicador para liquidez está em 47,24, na categoria A. O grau de endividamento, ou seja, a média dos indicadores do Estado é C.

Para melhorar este índice, a STN apresenta sugestões que já estão sendo colocadas em prática pela atual gestão, incluindo: a suspensão de novas contratações; a diminuição de despesas correntes e com pessoal; a modernização da máquina arrecadatória; a desvinculação de receitas; e a redução de incentivos fiscais.

3.3.2 Gestão da Comunicação de Governo

“ A comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários e consumidores dos serviços. Sonegar tal dever e negar esse direito é um grave erro das entidades públicas. Os comunicadores precisam internalizar esse conceito, na crença de que a base da cidadania se assenta também no direito à informação”.

GAUDÊNCIO TORQUATO

É dever do Estado garantir que as informações oficiais das atividades governamentais e os serviços públicos cheguem ao conhecimento do cidadão, seja por meio da imprensa, de campanhas publicitárias, anúncios oficiais ou pelos novos meios de comunicação, como redes sociais e aplicativos móveis.

Nesse sentido, entende-se que a comunicação pública deve ir além da divulgação de informações e assessoria de imprensa, pois a comunicação tem papel fundamental como instrumento facilitador do relacionamento entre cidadão e Estado. É crença do novo Governo que as ações de comunicação devem estar fundamentadas em alguns pilares como o foco em ações transparentes, permitindo uma gestão pública inovadora e menos burocrática, com a missão também de aproximar as demais secretarias e facilitar a comunicação entre elas.

Vale ressaltar que a forma de se comunicar com o cidadão vem passando por transformações e é dever do Governo do Estado alinhar-se aos processos de novas mídias, atendendo de forma ampla todos os públicos, propondo uma atuação multiplataforma na divulgação das ações do governo em benefício do cidadão.

A comunicação também é efetiva quando se propõe a avançar nos processos mais acessíveis e inclusivos, por exemplo, como a

implantação neste governo da interpretação bilíngue, através de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, nos comunicados do Estado junto à população catarinense e demais órgãos envolvidos.

Outro compromisso proposto em termos de comunicação é atuar no combate às chamadas Fake News, principalmente diante do advento das redes sociais, realizando gestão de crise dos assuntos a serem respondidos e com atuações preventivas às demandas do Governo do Estado.

Diante do processo de publicidade, o objetivo é transformar esta ação em benefício do catarinense, propondo campanhas que possam ser um serviço para melhoria de quem vive em Santa Catarina, realizando um processo alinhado aos pilares da transparência, integração com outras áreas e a participação de entidades e comunidade.

4 SANTA CATARINA 2030

O presente documento enfatiza as linhas gerais de ação do novo Governo, mas é preciso destacar que ele não suprime outros documentos já produzidos também com o objetivo de planejar um modelo de desenvolvimento para o Estado. É o caso do Plano SC 2030.

Coordenado pela área de planejamento do Governo do Estado, o Plano contou com a colaboração de mais de duas mil pessoas, entre representantes da sociedade civil organizada vinculados ao poder público, associações de classe, entidades setoriais, federações e sindicatos. Em conjunto, elaboraram um planejamento estratégico com ações de médio e longo prazo, que referenciam e orientam as ações governamentais, com “foco em uma sociedade referência em sustentabilidade, inovação e

empreendedorismo, com equidade social e regional”¹.

Cabe ressaltar que a visão do novo Governo está alinhada a esses mesmos objetivos, o que fica evidente nos conceitos que embasam as ações planejadas para os próximos anos. Mas não só isso. O novo modelo estrutural do Governo do Estado a ser ratificado com a reforma administrativa está em sintonia com as quatro dimensões que pautam o trabalho de planejamento do Plano SC 2030, a saber:

- **Desenvolvimento Econômico;**
- **Desenvolvimento Social;**
- **Infraestrutura e Meio Ambiente;**
- **Gestão Pública.**

Os estudos e diagnósticos apontados no Plano SC 2030 foram, ainda, de grande importância para a construção do documento de transição, contribuindo com insumos e dados estatísticos e também apontando potenciais oportunidades e desafios futuros, nos âmbitos regional, estadual, nacional e internacional.

Por fim, destaca-se que, com algumas adaptações, mas sem perder de vista metas e objetivos já traçados, o Plano SC 2030 segue incorporado no planejamento do novo Governo desde os seus primeiros dias.

¹ SANTA CATARINA. Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. Plano SC 2030. Florianópolis: Governo de Santa Catarina; Secretaria de Estado do Planejamento, 2018. p. 9.



Estado de Santa Catarina